



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 269, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 21 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e nos arts. 6º e 7º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, bem como os elementos que integram o Processo nº 04905.002937/2008-42, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito, à Universidade Federal Fluminense - UFF, de imóvel com área de 25.667,10m², correspondente à Estação e Pátio Campos Carga, localizados na Avenida XV de Novembro, nº 483, Centro, no Município de Campos dos Goytacazes/RJ, constante do Registro Geral de Imóveis do 11º Ofício da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, sob número 13596, às fls. 189 do livro 3-X, em processo de incorporação ao patrimônio da União.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de projeto de expansão da infra-estrutura física da cessionária com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

Art. 3º Após a regularização e incorporação do imóvel ao patrimônio da União, fica autorizada sua doação à UFF, para a consecução dos objetivos previstos no art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 270, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.994, de 31 de outubro de 2001, e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, em conformidade com o que consta no processo nº 04931.000140/2005-41, resolve:

Art. 1º Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a requerer, em nome da União, o registro do imóvel situado na rua Dr. Gilverson de Araújo Cordeiro, s/n, no Município de Monteiro, Estado da Paraíba, o qual assim se descreve e caracteriza: área de 1.112,70m², sendo 40,00m de frente e fundos por 27,80m de profundidade, confrontando-se, pela frente, com a rua Gilverson de Araújo Cordeiro; pelo lado direito, com a rua Epaminondas Azevedo; pelo lado esquerdo, com imóvel s/n da rua Gilverson de Araújo Cordeiro; pelos fundos, com o Hospital de Monteiro; área construída de 604,50m², onde encontram-se as instalações do Hospital Regional de Monteiro. A área é mantida na posse da União há mais de vinte anos, sem qualquer contestação ou reclamação administrativa feita por terceiros quanto ao domínio e posse, e está inserida na circunscrição do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Monteiro, naquele Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 271, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.994, de 31 de outubro de 2001, e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, em conformidade com o que consta no processo nº 04931.000746/2004-03, resolve:

Art. 1º Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a requerer, em nome da União, o registro do imóvel situado na Rua São Paulo, s/n, no Município de Diamante, Estado da Paraíba, o qual assim se descreve e caracteriza: área total de 3.854,42m², sendo 87,80m de frente e fundos por 43,90m de profundidade, confrontando-se, pela frente com a Rua São Paulo; pelo lado direito, com a Escola de Ensino Fundamental e Médio Joana Abílio; pelo lado esquerdo, com imóveis que dão para as Ruas São Paulo e Argemiro Abílio; e pelos fundos, com a Rua Argemiro Abílio; área construída de 552,16m², onde encontram-se as instalações da Unidade Hospitalar de Diamante. A área é mantida na posse da União há mais de vinte anos, sem qualquer contestação ou reclamação administrativa feita por terceiros quanto ao domínio e posse, e está inserida na circunscrição judiciária do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Itaporanga, naquele Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 272, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.994, de 31 de outubro de 2001, e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, em conformidade com o que consta no processo nº 04931.000752/2004-52, resolve:

Art. 1º Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a requerer, em nome da União, o registro do imóvel situado na Rua José Benício de Araújo, s/n, no Município de Massaranduba, Estado da Paraíba, o qual assim se descreve e caracteriza: área total de 10.000,00m², sendo 100m de frente e fundos por 100,00m de profundidade, confrontando-se, pela frente com a Rua José Benício de Araújo; pelo lado direito, com o Grupo Escolar Manoel Machado da Nóbrega; pelo lado esquerdo, com prédio s/n da Rua José Benício de Araújo; e, pelos fundos, com a Rua Domício Rodrigues; área construída de 754,00m², onde encontram-se as instalações da Unidade Hospitalar de Massaranduba. A área é mantida na posse da União há mais de vinte anos, sem qualquer contestação ou reclamação administrativa feita por terceiros quanto ao domínio e posse, e está inserida na circunscrição judiciária do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Campina Grande naquele Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 345, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à Escola de Administração Fazendária - ESAF, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições prevista no Art. 1º da Portaria nº 116, de 21 de maio de 2008, e

Considerando o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, alterado pelo Decreto nº 6.428, de 14 de abril de 2008, que disciplina a modalidade de descentralização de crédito entre Órgãos e entidades da Administração Pública Federal, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para Escola de Administração Fazendária - ESAF visando a realização de Oficinas de Estudos Estratégicos da Alta Gerência da SPU, conforme segue:

Órgão Concedente: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Unidade Gestora: 170011 - Gestão: 0001
Órgão Executor: Escola de Administração Fazendária - ESAF
Unidade Gestora: 170009 - Gestão: 00001
Programa/ Ação: 47101.04.122.0794.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa
Natureza da Despesa: 33.90.36, no valor de R\$ 5.200,00; 33.91.47, no valor de R\$ 1.040,00; 33.91.39, no valor de R\$ 3.610,80.
Fonte: 0133
PI: 004

Art. 2º Caberá à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O Escola de Administração Fazendária - ESAF deverá restituir a Secretaria do Patrimônio da União, até o final do exercício de 2008, os créditos não empenhados e os saldos financeiros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ULYSSES CESAR A. DE MELO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Divulga as estimativas da população para Estados e Municípios.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, no uso de suas atribuições, e em cumprimento ao que determina o Art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, resolve:

Art. 1º Divulgar, as estimativas da População, para Estados e Municípios com data de referência em 1º de julho de 2008, constantes da relação anexa, para os fins previstos no inciso VI do Art. 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDUARDO PEREIRA NUNES

ANEXO

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

ORDEM	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO
00	Brasil	189612814
01	Rondônia	1493566
02	Acre	680073
03	Amazonas	3341096
04	Roraima	412783
05	Pará	7321493
06	Amapá	613164

Considerando que o art. 16 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da ESTAÇÃO ECOLÓGICA RASO DA CATARINA/BA.

Art. 2º Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo da ESTAÇÃO ECOLÓGICA RASO DA CATARINA/BA, no Centro Nacional de Informação Ambiental - CNIA/IBAMA.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 59, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, de acordo com o texto da Lei Nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente;

Considerando o art. 27 da Lei no9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como o art. 16 do Decreto no4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou;

Considerando que o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Ibirama foi apreciado pelo Conselho Consultivo da Unidade, analisado e aprovado pela Chefia da Unidade de Conservação e pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais, constantes do Processo IBAMA no.005292/2007-77, resolve:

Art. 1º O Plano de Manejo da Floresta Nacional de Ibirama, localizada no estado de Santa Catarina - .

Art. 2º disponível para consulta do público, o texto completo do Plano de Manejo ora aprovado, na sede da referida Unidade de Conservação e no Centro Nacional de Informações Ambientais - CNIA/IBAMA, bem como na página do na Internet.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 60, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

Aprovar o Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Estado do Acre.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO, nomeado pela Portaria Nº . 532, de 31 de julho de 2003, de acordo com a Lei Federal Nº . 11.516, de 28 de agosto de 2007 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19, inciso IV, do Decreto Federal Nº . 6.100, de 26 de abril de 2007 e;

Considerando a Lei Federal Nº . 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto Federal Nº . 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou;

Considerando que a elaboração do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Chico Mendes atendeu as normas legais vigentes e a Instrução Normativa ICMBio Nº . 01 de 18 de setembro de 2007, que dispõem sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidades de Conservação Federais das categorias RESEX e RDS;

Considerando que o Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes, instituído pela Portaria IBAMA Nº . 28 de 22 de maio de 2003, aprovou o Plano de Manejo da unidade na sua III Reunião Ordinária, realizada em 12 e 13 de dezembro de 2006 em Xapuri/AC, através da Resolução Nº 001, de 13 de dezembro de 2006 e publicada no D.O.U em 04 de janeiro de 2007; resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Chico Mendes/AC, cujo extrato do conteúdo consta do Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal Nº . 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da unidade para consulta, em versão impressa na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília e no Estado do Acre; e em meio digital através da página eletrônica do ICMBio na Rede Mundial de computadores.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL – DISAM
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO ESTADO DO ACRE

Plano de Manejo

Reserva Extrativista Chico Mendes

Xapuri - AC, Dezembro de 2006.

Expediente:

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado de Meio Ambiente - MMA

Marina Silva

Presidente do

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Marcus Luiz Barroso Barros

Diretor da Diretoria Socioambiental – DISAM / IBAMA

Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior

Coordenador Geral de Gestão de RESERX e RDS / CGRES

Alexandre Z. Cordeiro

Coordenadora de Gestão de RESEX e RDS

Érika Fernandes Pinto

Chefe do

Centro Nacional de Populações Tradicionais de Desenvolvimento Sustentável - CNPT

Deis Siqueira

Superintendente do IBAMA no Estado do Acre

Anselmo Alfredo Forneck

Coordenador do CNPT no Estado do Acre

Renato Magalhães de Oliveira Souza

Coordenador Geral da Elaboração do Plano de Manejo

Mauro Sérgio Curtis Júnior

Equipe Técnica da Elaboração do Plano de Manejo:

Fernando Régis Siqueira – Analista Ambiental - DISAM/DF
Karina Jorge Dino – Antropóloga, Msc- DISAM/DF
Lindolfo Abdalla Júnior – Engº. Agrônomo - DISAM/DF
Manuela França de Oliveira – Bióloga, Msc.- DISAM/DF
Mauro Sérgio Curtis Júnior – Engº Florestal, Esp. - DISAM/DF
Mônica Martins de Melo – Analista Ambiental, Msc. - DISAM/DF
Nilvanda Alves de Lima – Advogada - DISAM/DF
Pedro Mourão de Oliveira – Analista Ambiental - SUPES/PA
Rogério Eliseu Egewarth – Analista Ambiental, Msc. - DISAM/DF
Sandra Maria Silva Rocha – Geógrafa - DISAM/DF
José Alberto A. Rodrigues – Administrador - CNPT/AC
Karine Lopes Narahara – Analista Ambiental, Esp. - CNPT/AC
Raimundo Francisco de Souza – Analista Ambiental - CNPT/AC
Renato Magalhães de Oliveira Souza – Analista Ambiental - CNPT/AC
Rosenil Dias de Oliveira – Analista Ambiental, Dr^a. - CNPT/AC

Equipe de Colaboradores:

Felipe Cruz Mendonça – Analista Ambiental, Esp. - NUC/AC
José Carlos Nunes da Silva – Técnico Ambiental - CNPT/AC
Luiz Felipe Luca de Souza – Analista Ambiental, Esp. - NUC/AC
Marcos Paiva Oliveira – Chefe do ESREG Brasília/AC
Vilani Alves da Costa – Analista Ambiental, Esp. - CNPT/AC

Organizações Colaboradoras:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Universidade Federal do Acre - UFAC
Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes de Assis Brasil - AMOPREAB
Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes de Brasília - AMOPREB
Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes de Xapuri - AMOPREX
Associação dos Moradores e Produtores do Unidos do Rio Caipora - ASPRUC
Associação de Moradores e Produtores do Seringal Vila Nova-Capixaba - ASPUV
Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri - STR
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília e Eptaciolândia - STR
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Assis Brasil - STR
Prefeitura Municipal de Assis Brasil
Prefeitura Municipal de Brasília

Digitação e Formatação final do Texto:

Rogério Eliseu Egewarth

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	5
Lista de Figuras	6
1 APRESENTAÇÃO.....	7
2 INTRODUÇÃO.....	8
2.1 Metodologia da elaboração do Plano de Manejo.....	9
3 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE.....	11
3.1 Histórico e Decreto de Criação.....	11
3.2 Localização.....	12
3.3 Situação Fundiária	12
3.4 Dinâmica de ocupação nos níveis estadual e regional.....	14
3.4.1 Divisão Político-Administrativa e Demografia	14
3.4.2 Histórico da Ocupação.....	15
3.4.3 Principais Atividades Econômicas	16
3.5 Caracterização Ambiental – Meios Físico e Biótico	18
3.5.1 Meio Ambiente Físico	18
3.5.2 Meio Ambiente Biótico	23
3.6 Caracterização Social	29
3.6.1 Perfil Geral da População	29
3.6.2 Cultura	30
3.6.3 Relações de gênero e participação da mulher.....	32
3.6.4 Associativismo	32
3.6.5 Acesso às Políticas Públicas	34
3.7 Caracterização Econômica	39
3.7.1 Atividades econômicas e de subsistência	39
3.7.2 Produtos potenciais para o extrativismo.....	44
3.7.3 Desafios para os produtos florestais não-madeireiros	44
4 GESTÃO DA UNIDADE	48
4.1 Conselho Deliberativo	48
4.2 Plano de Utilização da Resex Chico Mendes	50
4.2.1 Plano de Utilização.....	51
4.3 Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.....	57
4.4 Zoneamento	58
4.4.1 Áreas de uso restrito	59
4.4.2 Áreas de uso ampliado.....	59
5 CENÁRIOS	63
5.1 Primeiro Cenário – Permanecer no cenário atual	63
5.2 Segundo Cenário – Manejo Florestal Não Madeireiro de Uso Múltiplo.....	64
5.3 Terceiro Cenário – Implementação de políticas públicas de incentivos ao extrativismo da borracha e castanha-do-Brasil e prestação de serviços ambientais.....	65
5.4 Quarto Cenário – Manejo Florestal Madeireiro	66
6 PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA UNIDADE	68
6.1 Programa Qualidade de vida e Cidadania.....	69
6.1.1 Subprograma saúde	69
6.1.2 Subprograma educação.....	70
6.1.3 Subprograma saneamento.....	71
6.1.4 Subprograma comunicação	72
6.2 Programa de manejo dos recursos naturais e cadeias produtivas	72
6.2.1 Subprograma seringueira.....	72

6.2.2	Subprograma castanha do Brasil	74
6.2.3	Subprograma produtos potenciais	75
6.2.4	Subprograma de segurança alimentar.....	76
6.2.5	Subprograma produtos madeireiros.....	77
6.2.6	Subprograma turismo	78
6.2.7	Subprograma pesquisa.....	79
6.3	Programa recuperação de áreas degradadas	79
6.3.1	Subprograma recuperação de áreas degradadas	80
6.3.2	Subprograma impactos ambientais.....	81
6.4	Programa de monitoramento e proteção ambiental	84
6.4.1	Subprograma proteção ambiental (fiscalização).....	84
6.5	Programa de gestão e administração	85
6.5.1	Subprograma fortalecimento do Conselho Deliberativo	85
6.5.2	Subprograma Associativismo e Cooperativismo.....	86
6.5.3	Subprograma administração (infra-estrutura).....	87
7	CONCLUSÕES	88
8	REFERÊNCIAS	89

Lista de Tabelas

Tabela 3.1	População do Estado do Acre por mesorregião.	15
Tabela 3.2	Relação das espécies características da Floresta Densa das Terras Baixas, relevo ondulado (Fdo) na Reserva Extrativista Chico Mendes.	25
Tabela 3.3	Relação das espécies características da Floresta Densa dos relevos dissecados em cristas e colinas (Fda) na Resex Chico Mendes.	25
Tabela 3.4	Relação das espécies características das Florestas Abertas das Terras Baixas (Fac) na Reserva Extrativista Chico Mendes.	26
Tabela 3.5	Relação das espécies características das Florestas Abertas de Terras Baixas, com palmeiras e cipós, relevo dissecado (Faa) na Resex Chico Mendes.	27
Tabela 3.6	Relação das espécies características das Florestas Abertas de Terras Baixas de relevo ondulado (Fao) na Reserva Extrativista Chico Mendes.	28
Tabela 3.7	Sistema Educacional – problemas e soluções (em ordem de importância) identificadas pelos comunitários da Resex Chico Mendes (1992).	35
Tabela 3.8	Caracterização dos estabelecimentos rurais na Resex Chico Mendes em relação as demais propriedades de 100 a < 1000 ha do Estado do Acre.	40
Tabela 3.9	Calendário do Sistema de Produção do Seringueiro, por atividade e épocas do ano.	41
Tabela 3.10	Atividades econômicas desenvolvidas na Resex Chico Mendes no início da década de 1990 e em 2005.	42
Tabela 3.11	Época de plantio e Colheita de alguns produtos cultivados na Resex Chico Mendes, AC, 2006.	43
Tabela 3.12	Atividades de pesquisa e de produção decorrentes do extrativismo.	44
Tabela 3.13	Sugestões das lideranças comunitárias para projetos produtivos na Resex Chico Mendes.	46

Lista de Figuras

Figura 3.1	Localização da Resex Chico Mendes no estado do Acre.	12
Figura 3.2	Mapa dos tipos geológicos da Resex Chico Mendes.	20
Figura 3.3	Mapa de tipos geomorfológicos da Resex Chico Mendes.	22
Figura 3.4	Mapa de solos da Resex Chico Mendes.	23
Figura 3.5	Mapa de vegetação da Resex Chico Mendes.	24
Figura 3.6	Variação da população na Resex Chico Mendes (nº de indivíduos) na segunda metade da década de 90.	30

1 APRESENTAÇÃO

Este Plano de Manejo foi elaborado de maneira a atender as exigências da Lei n° 9.985 - Lei do SNUC, de 18 de julho de 2000, em seu art. 27 e parágrafos, bem como, servir como documento orientador e balizador na gestão da Resex Chico Mendes, subsidiando o seu órgão gestor (IBAMA), as associações representativas das populações tradicionais, as demais instituições que compõe o Conselho Deliberativo da Unidade e a própria comunidade residente, no desenvolvimento de ações e programas que visem garantir a qualidade de vida, a valorização da cultura de sua população e o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis na área.

2 INTRODUÇÃO

Segundo a Lei 9985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, as Unidades de Conservação são divididas em dois grupos: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Enquanto a primeira visa a preservação da natureza, com uso apenas indireto de seus recursos naturais, a segunda visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais. Esses dois grupos apresentam diferentes categorias, conforme quadro a seguir:

USO SUSTENTÁVEL	PROTEÇÃO INTEGRAL
I - Área de Proteção Ambiental	I - Estação Ecológica
II - Área de Relevante Interesse Ecológico	II - Reserva Biológica
III - Floresta Nacional	III - Parque Nacional
IV - Reserva Extrativista	IV - Monumento Natural e
V - Reserva de Fauna	V - Refúgio de Vida Silvestre
VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável e	
VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.	

A Reserva Extrativista foi definida e caracterizada no Art. 18º dessa Lei como:

“(...) uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

O Plano de Manejo, considerado como um dos instrumentos legais importantes para a gestão das Unidades de Conservação, está caracterizado na Lei do SNUC como:

“(...) documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

Em seu art. 27, § 2º estabelece que: “Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e

das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente”.

A partir dessas proposições, o Plano de Manejo da Resex Chico Mendes tem basicamente aos seguintes objetivos:

- Gerar diretrizes atualizadas para o gerenciamento e o manejo da UC, possibilitando que essa venha a atingir os objetivos para os quais foi criada;
- Definir objetivos específicos de manejo que visem à facilitação do processo de ordenamento e gestão da UC;
- Promover o manejo da UC, orientado pelo conhecimento tradicional e científico já disponível e aquele que será gerado;
- Definir os limites das áreas geográficas a serem direta ou indiretamente utilizadas nas atividades extrativistas;
- Estabelecer a diferenciação e a intensidade de uso dos recursos da UC mediante zoneamento;
- Caracterizar e mapear os componentes ambientais associados ao meio físico, biótico e sócio-econômico;
- Identificar os impactos sócio-ambientais gerados pelas atividades extrativistas, visando o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza;
- Evidenciar as possíveis potencialidades de utilização de recursos ainda não explorados pelas comunidades tradicionais;
- Identificar as possíveis atividades econômicas a serem exercidas pelas populações tradicionais, sugerindo projetos produtivos específicos.

2.1 Metodologia da elaboração do Plano de Manejo

Para a elaboração do Plano de Manejo foram utilizadas diversas metodologias, de acordo com o assunto tratado, conforme especificado a seguir:

- As informações referentes à ocupação estadual e regional, caracterização ambiental, social e econômica da Reserva foram obtidas a partir de dados secundários disponíveis na extensa bibliografia existente sobre a Unidade, como por exemplo, o Plano de Desenvolvimento da Reserva Chico Mendes (1999), estudos diversos do CNS (1992),

Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre, entre outros. Com relação aos dados sócio-econômicos foram utilizadas também informações coletadas por técnicos do IBAMA e consultores no decorrer de atividades desenvolvidas na Unidade nos anos de 2005 e 2006.

- Questões relacionadas ao decreto de criação da Reserva, estrutura de gestão e regularização fundiária, entre outras, foram obtidas diretamente no IBAMA, em Brasília – DF, ou na Superintendência do estado do Acre.
- Os conteúdos constantes dos Programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Unidade foram discutidos em oficina participativa realizada em Xapuri – AC, no mês de dezembro de 2005, com os representantes das comunidades extrativistas (associações AMOPREB, AMOPREAB, AMOPREX, ASPUV, Tabatinga). O resultado deste encontro foi apresentado e debatido com o Conselho Deliberativo da Reserva em evento realizado em janeiro de 2006.
- O Plano de utilização da Reserva foi revisado a partir da realização de dois eventos distintos: oficina participativa realizada na cidade de Brasileia – AC, no mês de julho de 2006, com os representantes das comunidades extrativistas da Unidade (associações, sindicato e cooperativas); o segundo momento a partir de realização de 16 (dezesesseis) oficinas participativas, no decorrer do mês de novembro de 2006, com as comunidades Icuriã Margem, Guanabara, Santa Rita, Petrópolis, Divisão, Mulungu, Primavera, Manatigueira, Natal, Javali, Cumaru, Amélia, São Felix, Xapuri, Erecê, Bela Vista, Samauma e São Pedro, no município de Assis Brasil, comunidades Filipinas, Porvir, Porongaba, Humaitá, São Cristóvão, Pindamonhangaba, Guanabara, Apodir, Etelve, Amapá, Triunfo, Tabatinga, São Salvador, Vale Quem Tem e Sai Cinza, no município de Brasiléia, comunidade Seringal Vila Nova, no município de Capixaba, comunidades Dois Irmãos, Independência, Palmari, São Pedro, Semitumba, Porto Franco, Sibéria, Albrácia, Nazaré, Floresta, Boa Vista, Filipinas e Riozinho, no município de Xapuri e com a comunidade Seringal Bonfim, no município de Rio Branco.
- A redação final do texto e elaboração de mapas foi efetuada pela equipe técnica do IBAMA/DISAM, em Brasília – DF.

3 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

3.1 Histórico e Decreto de Criação

As Reservas Extrativistas foram criadas a partir de 1990 como espaços territoriais destinados à assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger o meio de vida e a cultura das populações tradicionais das florestas. Segundo o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS, 1992), nasceram originalmente da luta pela identidade dos seringueiros, povos que viveram explorados secularmente pelos patrões da borracha nativa na Amazônia. O processo se iniciou em Xapuri, no Estado do Acre, onde Chico Mendes se destacou como liderança, ganhando espaço em 1985 no Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros realizado em Brasília, Distrito Federal, com a participação de 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará.

O movimento foi uma oposição dos seringueiros aos modelos de desenvolvimento definidos pelo governo federal para a região amazônica brasileira, na década de 1970, onde predominavam a implantação de projetos agropecuários extensivos, de mineração e madeireiros, resultando em grande concentração fundiária, êxodo das populações tradicionais para as cidades e devastação da região.

Os seringueiros passaram a resistir a essas mudanças e expulsão, unindo-se em Sindicatos Rurais e organizando os chamados “empates” (forma de luta organizada e pacífica para impedir as derrubadas). Assim, iniciava-se um dos processos de conquista de autonomia dos seringueiros da região do Vale do Acre, que abrange os Municípios de Xapuri, Brasiléia, Rio Branco, Assis Brasil e parte de Sena Madureira.

Como forma alternativa à ocupação do território amazônico foi construído um novo modelo denominado “Reserva Extrativista”, onde as terras pertencem a União, mas com o usufruto dos que nela habitam e trabalham.

Em 1990, os resultados da luta pela terra começaram a ser atingidos, sendo criadas no estado do Acre as duas primeiras reservas extrativistas federais, entre elas a Resex Chico Mendes, conforme Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990.

No ano de 1995 foi aprovado pela Portaria IBAMA nº 28-N, de 18 de abril de 1995, o Plano de Utilização da Unidade. Este documento foi elaborado com a participação das Associações de Seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes, os Sindicatos de

Trabalhadores Rurais de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Sena Madureira e o Conselho Nacional dos Seringueiros, tendo como objetivo assegurar a auto-sustentabilidade da Reserva Extrativista Chico Mendes mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores.

3.2 Localização

A Reserva Extrativista Chico Mendes está localizada na região sudeste do Estado do Acre, com uma área aproximada de 970.570 ha (conforme decreto de criação), entre as seguintes coordenadas geográficas: 10° 06' 11" a 10° 58' 39" de latitude Sul e 67° 56' 13" a 69° 48' 00" de longitude Oeste (Figura 3.1).

A Reserva abrange os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco. O acesso à Reserva pode ser feito por via rodoviária pela BR-317 e por via fluvial, pelo Rio Xapuri e afluentes, exceto no período de seca, quando praticamente, não é possível a navegação devido ao baixo nível de água e à formação de enormes bancos de areia. Outro acesso viável é pela parte mais ocidental da Reserva, no município de Sena Madureira, pelo Rio Iaco e Rio Macauã e seus afluentes. Por via aérea, é possível chegar a todas as Cidades no entorno da Reserva que possuam campo de pouso, sendo o principal o Aeroporto Internacional de Rio Branco.

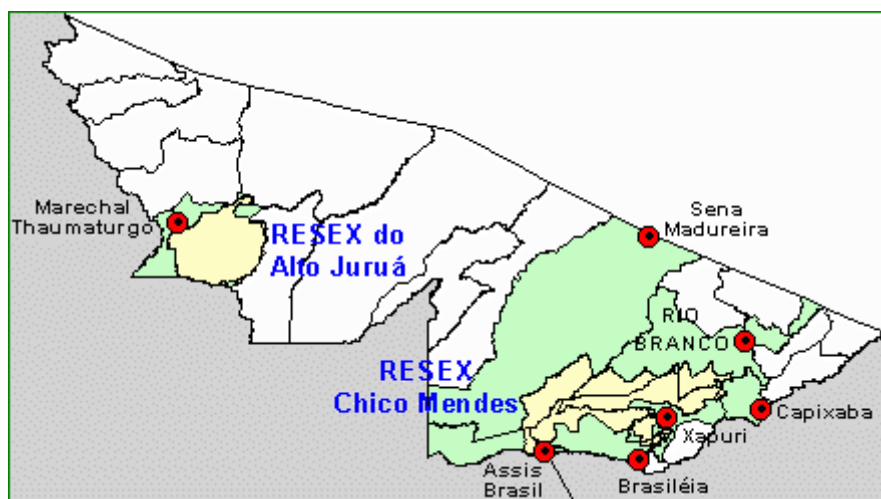


Figura 3.1 Localização da Resex Chico Mendes no estado do Acre

3.3 Situação Fundiária

A Reserva Extrativista Chico Mendes foi criada pelo Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990, com uma área de 970.570 ha de superfície, beneficiando 3.000 famílias, sendo a totalidade de suas terras de domínio privado.

Para apurar e detalhar a situação fundiária foram realizados na época os seguintes procedimentos: buscas nos Cartórios de Registro de Imóveis dos registros imobiliários das propriedades particulares, identificação das coordenadas dos imóveis existentes e dos mapas de cada propriedade e seus confrontantes, estudos das características socioeconômicas da população da área e cadastro das famílias. Esse trabalho contou com a cooperação do Incra em termos de mapas das propriedades e de pessoal treinado, já que o IBAMA não tinha nenhuma experiência com processos de desapropriação por interesse social e ambiental.

Vale lembrar, que o processo de desapropriação da Reserva Chico Mendes foi muito difícil, pois nessa área concentravam os maiores conflitos com relação à posse e propriedade da terra. Os seringueiros e castanheiros – tradicionais usuários dos recursos naturais – confrontavam-se com os pecuaristas e fazendeiros que desmatavam a área para a implantação de novas pastagens e campos agrícolas.

Outro fato marcante na época, que dificultou os trabalhos, refere-se às peculiaridades dos títulos de propriedade do Estado do Acre, como por exemplo, vários títulos da mesma propriedade emitidos para proprietários distintos, além de outras falhas observadas nos registros imobiliários.

Em Fevereiro de 1992, foram ajuizadas as ações desapropriatórias da área, permitindo a Justiça Federal/AC conceder a imissão provisória na posse das terras no interior da Resex e a remoção dos antigos proprietários. Neste mesmo período, os moradores extrativistas tradicionais elaboraram o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, que foi aprovado pelo IBAMA em 18 de abril de 1995.

Com a concessão da imissão na posse dos imóveis e o Plano de Utilização aprovado pelo Presidente do IBAMA, em cumprimento ao Decreto nº 98.897/90, o IBAMA/CNPT iniciou os procedimentos para a Concessão de Direito Real de Uso para os Moradores Extrativistas Tradicionais.

Em novembro de 2002, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso foi firmado na presença do Ministro do Meio Ambiente, do Presidente do IBAMA, do Chefe do CNPT e de inúmeras outras autoridades governamentais e não-governamentais, em solenidade no Seringal Floresta, no Município de Xapuri (AC).

Finalmente, em 2006, foram fixadas aproximadamente setenta novas placas para identificação dos limites da Unidade de Conservação, procurando-se resguardar os seus pontos estratégicos.

3.4 Dinâmica de ocupação nos níveis estadual e regional

As informações aqui apresentadas referem-se principalmente sobre a região onde a Resex Chico Mendes está inserida. Para tanto, foram utilizados os dados obtidos nos estudos realizados em 2003 e 2004 pela equipe do IBAMA/CNPT, na elaboração da versão preliminar do Plano de Manejo da Resex Cazumbá Iracema, que está inserida na mesma meso-região do Vale do rio Acre. Nesses estudos utilizaram-se as bases de dados publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além dos dados da FUNTAC, INCRA, IMAC, CNPT e do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre.

3.4.1 Divisão Político-Administrativa e Demografia

O estado do Acre está localizado no sudoeste da Amazônia, apresentando uma extensão territorial de 153.149,9 km², o que equivale a 3,2% da Amazônia Legal. Constitui uma área de fronteiras de 853 km com outras unidades da Federação, limitando-se ao Norte com o estado do Amazonas (831 km) e a Leste com o estado de Rondônia (22 km). Apresenta também 2.183 km de fronteiras internacionais, limitando-se a sudoeste com o Peru (1.564 km) e a sudeste com a Bolívia (618 km).

O estado é formado por duas bacias hidrográficas – Vale do Alto Juruá e Vale do Acre/Purus, que formam as duas mesorregiões existentes: Mesorregião do Alto Juruá e Mesorregião do Vale do Acre. Estas duas mesorregiões, com um total de 22 municípios, estão subdivididas em cinco microrregiões – duas no Vale do Juruá (Cruzeiro do Sul e Tarauacá) e três no Vale do Acre (Rio Branco, Sena Madureira e Brasiléia), onde está inserida a Reserva Extrativista Chico Mendes.

De acordo com o último censo demográfico o território acreano é ocupado por uma população aproximada de 557.526 mil habitantes (Tabela 3.1). Do total de habitantes, mais de 66% residem na zona urbana, com a capital do estado, Rio Branco, concentrando mais de 50% da população.

Tabela 3.1 População do Estado do Acre por mesorregião.

Mesorregião	Áreas (Km ²)	População Total
Total do estado	153.149,9	557.526
Vale do Acre	77.926,1	399.690
Vale do Juruá	75.223,8	157.836

FONTE: IBGE (2000).

3.4.2 Histórico da Ocupação

Até primeira metade do século XIX, o território hoje representado pelo Estado do Acre não pertencia ao Brasil, sendo ocupado por populações indígenas, que utilizavam o látex extraído da seringueira e do caucho. Naquela época, a principal região produtora do látex era o Baixo Amazonas. Só a partir da segunda metade desse mesmo século, com o crescimento do interesse das indústrias européias e norte-americanas pela borracha como matéria-prima, com a descoberta do processo de vulcanização e outras técnicas de beneficiamento da borracha, ampliou-se sua utilização, intensificando a demanda pelo látex de seringa, conseqüentemente, necessitando de maiores áreas de exploração. A partir dessa época, com financiamentos externos, tanto os governos das províncias do Grão-Pará e do Amazonas, como empresas privadas, organizaram um sistema de comunicação e transporte para realizar o escoamento da borracha e abastecer os seringais de mão-de-obra e mercadorias (DUARTE, 1987).

É nessa época que o então Território do Acre, até aquele momento ainda com suas fronteiras indefinidas e com um território riquíssimo em seringueira, torna-se foco de atenção (PRADO Jr., 1982). Abre-se uma frente de trabalho que seria preenchida por imigrantes fugitivos das grandes secas que assolaram a região nordeste do país após 1877, contribuindo para ocupação inicial do território acreano e posterior anexação ao Brasil. Em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o território hoje ocupado pelo estado do Acre é finalmente anexado ao Brasil (DUARTE, 1987).

Por volta de 1907, o Acre superou a produção de borracha dos estados do Amazonas e Pará, mas ainda prevaleceu sua condição de entreposto, visto que a fortuna provinda da exploração permanecia nas grandes capitais amazônicas.

A partir da primeira década do século passado, a produção dos seringais implantados na Malásia superou a produção de borracha brasileira, assumindo o domínio do mercado internacional e transformando o cenário construído pela economia gomífera (PRADO Jr., 1982). Em conseqüência, a fortuna gerada pelo mercado gomífero se esvaiu

das grandes capitais e, assim, as cidades que serviam de entrepostos comerciais tendo o seu movimento sido drasticamente reduzido. Muitos seringais foram abandonados e os seringueiros, sem condições de sobrevivência, novamente migraram, provocando um esvaziamento populacional.

Durante a Segunda Guerra, ocorreu mais um fluxo migratório no qual um novo contingente de nordestinos, os “soldados da borracha”, dirigiram-se aos seringais da Amazônia estimulados pelo Governo Brasileiro, visando o suprimento de borracha para os países aliados (MARTINELLO, 1988). Logo após este período, com a situação normalizada, a Ásia voltou a dominar o mercado da borracha. Em consequência, a produção brasileira de látex excedeu a sua capacidade de aproveitamento, visto que a indústria nacional ainda era incipiente. Esta situação muda na década seguinte, quando a borracha brasileira não conseguiu suprir a demanda da indústria nacional, tendo sido então abertas às importações. O mercado brasileiro de borracha perdeu frente às regras de competitividade com o mercado asiático e o Acre, assim como os outros estados amazônicos, começou a buscar outros meios para equilibrar a economia regional.

Com o declínio da produção da borracha, intensificou-se o fluxo migratório para as cidades. No entanto, uma parcela significativa de seringueiros, não abandonando completamente a extração de borracha, passou a se dedicar mais à agricultura de subsistência, à coleta de castanha, à caça e pesca. Estas atividades mantiveram-se como principais fontes de renda na região até a década de 70, quando o governo, com o objetivo de atenuar o efeito migratório, bem como diversificar as atividades econômicas, implantou vários projetos de assentamento agrícola e também incentivos fiscais para a pecuária, o que acarretou um novo fluxo populacional para o estado.

3.4.3 Principais Atividades Econômicas

A indústria extrativista vegetal tem sido a principal atividade econômica da maioria da população no Acre. Essas atividades estão associadas com a manutenção da floresta em pé. A economia do estado baseia-se principalmente na extração de borracha. A castanha, por outro lado, só é encontrada na parte leste do estado, não ultrapassando os limites do rio Purus. Na região do Vale do Acre a extração de castanha do Brasil e da borracha foi estimada pelo IBGE (2004) em 5,8 e 1,4 toneladas por ano respectivamente, havendo, porém, muitos outros recursos extrativistas com potencial ainda não explorados adequadamente.

A agricultura praticada no estado é caracterizada principalmente como de subsistência, embora o excedente da produção seja usado para o abastecimento do mercado local ou como renda complementar ao extrativismo. No entanto, algumas culturas possuem uma certa importância econômica, como a mandioca, o arroz, a banana e o milho. Esta produção agrícola que gera excedentes para o mercado está concentrada principalmente nos projetos de assentamento rurais do Incra.

O sistema de cultivo é itinerante, onde cada área costuma ser utilizada por dois a três anos e deixada em pousio por três a dez anos, para ser reaproveitada, ou ser imediatamente transformada em pastagem ou abandonada para a formação de capoeira.

Na região do Vale do Acre as lavouras temporárias predominam sobre as permanentes, tanto em área plantada como em valor da produção. Em 2004, a área plantada com culturas temporárias foi de 79 mil ha, enquanto a área de culturas permanentes estava em torno de 14 mil ha. As lavouras temporárias mais importantes em 2004 foram: milho (31 mil ha), arroz (19 mil ha), mandioca (16 mil ha) e feijão (12 mil ha). As principais lavouras permanentes, em termos de área plantada, foram: banana (5,7 mil ha), café (4,4 mil ha), Borracha (1,6 mil ha) e palmito (1,1 mil ha) (IBGE, 2004).

As características ambientais do estado do Acre, assim como da Amazônia em geral, não oferecem condições ideais para agricultura, salvo nas várzeas, para as lavouras de ciclo curto. A agricultura do estado sofre com a falta de infra-estrutura e serviços básicos, o que dificulta o escoamento da produção e a comercialização.

Atualmente, a pecuária é a atividade econômica que está relacionada com a maior proporção da área antropizada no estado.

Na pecuária extensiva de corte que se instalou a partir da década de 70, destaca-se o rebanho bovino (1847 mil cabeças em 2004) composto por cruzamentos com raças zebuínas (Nelore, Gir e Guzerá), dando origem a um gado de boa qualidade para corte. Seguem-se, em importância, os suínos (76 mil cabeças) e os ovinos (29 mil) (IBGE, 2004).

A formação das pastagens no Estado é feita de maneira rudimentar na qual os produtores derrubam a mata, retiram a madeira nobre e em seguida queimam os resíduos para o plantio, substituindo completamente a floresta por grandes áreas de pastagens.

O setor madeireiro tem representado a atividade mais lucrativa no estado (IMAC, 1997). A venda dos seringais para a implantação de pastagens na década de 80 deu início ao desmatamento acelerado e a um grande crescimento das atividades madeireiras

(OLIVEIRA, 1997). No Vale do Acre, em função das características da floresta, cuja heterogeneidade dificulta a penetração, a atividade madeireira tem se concentrado junto às principais rodovias e estradas vicinais, ocorrendo a extração e transporte no período de verão. Já no Vale do Juruá, devido a pouca quantidade de rodovias, a maior parte da exploração é feita próximo às margens dos rios, sendo a madeira extraída no final do verão e retirada no inverno, quando o volume de água nos rios é maior, facilitando o transporte.

À medida que as madeiras nobres vão escasseando nas florestas às margens das estradas e rios, à frente de exploração vai continuamente avançando para áreas mais distantes, chegando até a 120 km no interior da floresta (OLIVEIRA, 1997). Esta tendência ilustra o caráter itinerante e transitório da exploração madeireira no estado, utilizando o recurso florestal sem manejo adequado e sem reposição. Esta atividade caracteriza-se também por ser altamente seletiva, aproveitando apenas as espécies de maior valor no mercado como o mogno, a cerejeira, a castanheira, o cumaru-ferro, o angelim, cedro e o jatobá, com baixíssimo aproveitamento de outras madeiras, provocando a extinção local de algumas espécies. Na região do Vale do Acre, no ano de 2004, a produção estimada de madeira foi de 348 mil m³ (IBGE, 2004).

A partir da década de 90, vários mecanismos foram implementados para ordenar o uso e ocupação territorial do estado do Acre, destacando-se a criação de Unidades de Conservação e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), assim como ações governamentais e não governamentais visando garantir a conservação e o desenvolvimento sustentável da região.

3.5 Caracterização Ambiental – Meios Físico e Biótico

3.5.1 Meio Ambiente Físico

Clima

O clima na região segundo classificação de Köppen é do tipo AM (clima tropical úmido), que se caracteriza por apresentar temperatura média anual entre 26 e 27° C, apresentando uma estação seca de pequena duração. O período mais quente ocorre nos meses de setembro, outubro e novembro com médias máximas de 38° C, e o período mais frio em junho, julho e agosto com médias mínimas de 20°C.

Precipitação

A precipitação média anual está entre 1.800 a 2.200 mm. A estação chuvosa vai de novembro a abril, ocasião em que se verificam médias superiores a 110 mm/mês, e na estação seca apresenta médias inferiores a 93,3 mm, sendo junho o mês menos chuvoso (RADAMBRASIL, *apud* Meneses *et al.*, 1995). A maior precipitação ocorre durante os meses de dezembro a março, período conhecido na região como inverno, sendo que durante os meses de junho a setembro há uma forte redução dos índices pluviométricos mensais, período este denominado de verão.

Temperatura

A temperatura média mensal apresenta reduzida oscilação, variando de 24° a 26° C, observando-se um leve declínio nos meses de junho a agosto, período este quando ocorre o fenômeno conhecido regionalmente como friagem. A friagem é ocasionada pela penetração da frente polar, provocando redução na temperatura, podendo a mínima absoluta alcançar 4° a 6° C (IDEAS, 1993).

Hidrografia

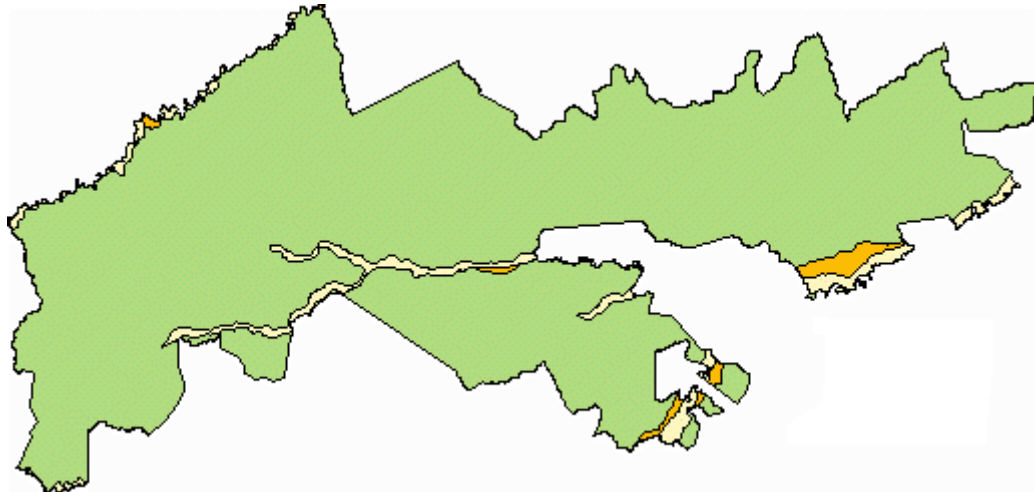
A rede hidrográfica da Reserva Extrativista Chico Mendes está representada por dois rios principais, o Rio Acre e o Rio Iaco, afluentes da margem direita do curso superior do Rio Purus. Os afluentes da bacia do Acre, dentro da reserva, cortam a sua maior parte e estendem-se no sentido oeste-leste. O Rio Acre margeia a Reserva nas proximidades do Município de Assis Brasil e segue pela fronteira entre o Brasil, Peru e Bolívia, entrando em território brasileiro no município de Brasiléia.

O Rio Acre apresenta um leito encaixado sendo suas cheias caracterizadas por acentuada elevação do nível d'água e inundação de pequena extensão de áreas mais baixas. Os picos de cheias são observados no período de fevereiro a abril, sendo os meses de julho a setembro caracterizados pelo maior déficit hídrico.

Geologia

Os estudos geológicos são todos de caráter regional e as descrições que se conhecem de afloramentos litológicos, ocorrências de minerais e fósseis são sempre as margens dos principais rios, devido ao acesso feito por barco pelos pesquisadores (IDEAS, 1993).

A Reserva é composta totalmente por sedimentos cenozóicos, que compõe a Formação Solimões, assentados sobre o embasamento cristalino do Craton Guaporé, que até o momento não afloram na área. Os aluviões recentes, advindos da evolução dos rios da atual rede de drenagem, recobrem esses sedimentos terciários-quartenários.



Tipos Geológicos:

- Qa - Aluvião: areias, silte e argila. Sedimentos inconsolidados da planície fluvial;
- Qai - Aluvião indiferenciado: argila, silte e areia fina a muito fina; areias de gran. média a grosseira, subordinadamente; e
- TQs - Formação Solimões: argilitos maciços ou acamados.

Figura 3.2 Mapa dos tipos geológicos da Resex Chico Mendes

Fonte: Mapa Geológico, Folha SC-19/Rio Branco do Projeto RADAMBRASIL (escala 1:1.000.000). Digitalização feita pelo IBAMA/CNPT.

A Formação Solimões resultou da deposição plio-pleistocênica caracterizada por variações faciológicas proeminentes. São sedimentos típicos de planície de inundação com litologias e estruturas sedimentares características.

Geomorfologia

A geomorfologia é conhecida apenas em termos regionais, podendo se considerar que o relevo apresenta-se bastante homogêneo, sem grandes desníveis altimétricos.

De acordo com a classificação do Projeto RADAMBRASIL, duas grandes unidades morfoestruturais abrangem a área da Reserva, a Depressão do Rio Acre e o Planalto Rebaixado da Amazônia, onde o controle da erosão é exercido primordialmente pelas condições geológicas.

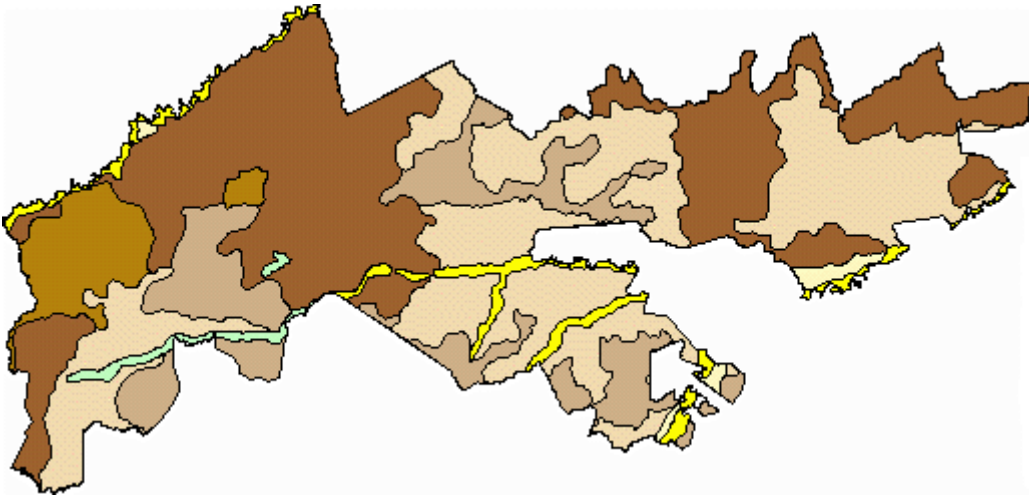
A depressão do Rio Acre está representada na Reserva pelo interflúvio entre o Rio Acre e o Rio Branco e pela depressão à margem direita do Rio Iaco. Tal unidade representa

o nível topográfico mais baixo da área com média altimétrica em torno de 200 metros. O relevo é caracterizado por colinas onde as dimensões dos interflúvios são inferiores a 259 metros. De maneira geral, essa unidade compreende litologias onde os solos dominantes são o Podzólico Vermelho Amarelo Eutrófico, apresentando argila de atividade alta, com uma cobertura vegetal dominada por florestas abertas e, em segunda posição, a floresta densa.

O Planalto Rebaixado da Amazônia esta representado na porção mais central da Reserva, compreendendo uma faixa na direção norte-sul, cortando o Rio Xapuri. Como característica apresenta áreas aplainadas e relevos dissecados em interflúvios tabulares. Forma o nível topográfico mais elevado da área, com altimetrias entre 250 a 300 metros. Suporta cobertura florestal de floresta densa e, subordinadamente, floresta aberta. As formas características da unidade são os interflúvios tabulares, com uma drenagem secundária relativamente aprofundada e densa, resultando formas de relevo de 250 a 750 metros de extensão (Figura 3.3).

Pedologia

Consultas ao mapa do Projeto RADAMBRASIL indicam, na área da Reserva, unicamente solos eutróficos, que sugere boa fertilidade em função de sua capacidade de troca, caracterizado por conter mais de 50% de bases trocáveis. Segundo CNPT (1977) cerca de 55% dos solos são de textura argilosa e 83% de argila de atividade alta, o que evidencia a presença de áreas com amplo potencial de produção. Os principais tipos de solos encontrados são o Podzólico Vermelho Amarelo, Podzólico Vermelho Amarelo Eutrófico e os Hidromórficos Gleyzados Eutróficos, distribuídos conforme a Figura 3.4.



Tipos Geomorfológicos:

Formações de Acumulação :

Apf - Planícies Fluviais. Sedimentos recentes inconsolidados

Apft - Planícies e terraços fluviais. Sedimentos recentes e sub-recentes

• Formações Erosivas :

Etf1 - Terraço Fluvial. Patamar esculpido pelo rio em depósitos fluviais recentes e sub-recentes, voltado para o leito fluvial. Ocorrem meandros colmatados

• Formações de Dissecação :

c11 - Colinas medianas, interflúvios pequenos. Formação Solimões

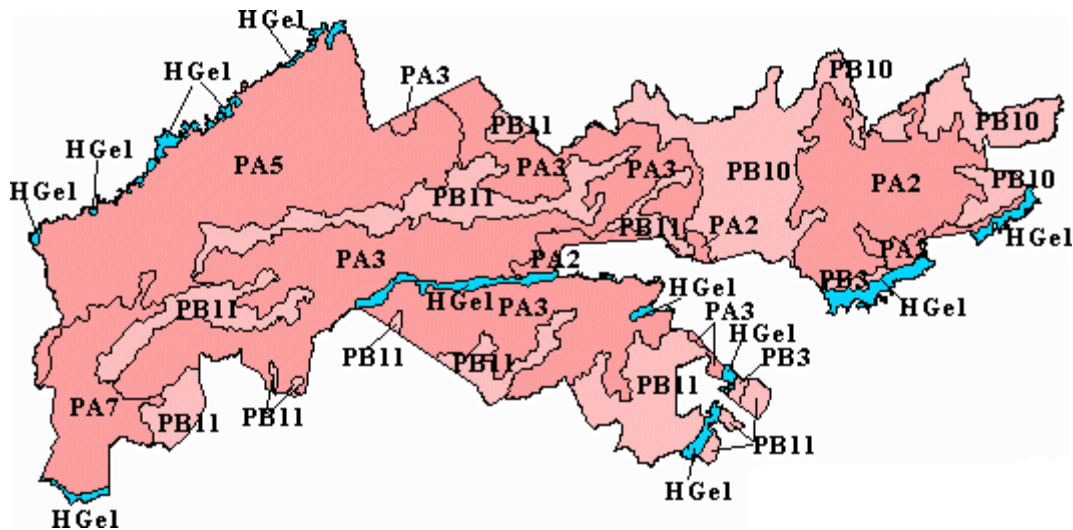
c12 - Colinas baixas, interflúvios pequenos modelados em sedimentos plio-pleistocênicos da Formação Solimões

c21 - Colinas baixas, interflúvios alongados. Formação Solimões

k11 - Relevo em pequenas cristas modelados em rochas sedimentares da Formação Solimões

Figura 3.3 Mapa de tipos geomorfológicos da Resex Chico Mendes

Fonte: Mapa Geomorfológico, Folha SC-19/Rio Branco do Projeto RADAMBRASIL (escala 1:1.000.000). Digitalização feita pelo IBAMA/CNPT.



Tipos de Solos:

- Solos Hidromórficos Gleyzados Eutróficos HGel - Gley Pouco Húmico Eutrófico, at. alta text. arg. e Solos Aluviais Eutróficos, at. alta text. indisc. fl. aberta aluvial rel. plano
- Podzólio Vermelho Amarelo PA1- Podzlico Verm. Amarelo Eutr. at. baixa, text. arg. e Podzól. Verm. Amarelo Álico, at. baixa text. arg. fl. densa, rel. ond. a s. ond. PA2 - Podzólio Verm. Amarelo Eutr. at. alta. text. arg. fl. aberta, rel. ond. e Podzól. Verm. Amarelo Álico, at. baixa, text. arg. fl. densa, rel. s. ond. PA3 - Podzólio Verm. Amar. Eutr. at. alta text. arg. fl. aberta rel. ond. e Podzól. Verm. Amar. Álico abruptico at. baixa text. med. fl. densa rel. ond. PA5 - Podzólio Verm. Amarelo Eutr. at. alta text. arg. e Podzól. Verm. Amarelo Álico at. baixa text. med. fl. aberta rel. ond. a f. ond. PA7 - Podzólio Verm. Amarelo Eutr. e Podzól. Verm. Amarelo Álico e Cambissolo Eutrófico at. alta text. arg. fl. aberta rel. ond.
- Podzólio Vermelho Amarelo Eutrófico PB10 - Podzólio Vermelho Amarelo Álico at. alta text. arg. e Podzól. Verm. Amarelo Álico at. alta text. m. arg. fl. aberta e fl. densa rel. s. ond. PB11 - Podzólio Verm. Amarelo Álico at. baixa text. arg. fl. densa e abruptico at. baixa text. med. fl. aberta rel. s. ond. a ond. PB3 - Podzólio Verm. Amarelo Álico plúntico at. baixa text. arg. e Podzól. Verm. Amarelo abruptico at. baixa text. med. fl. aberta e densa rel. plano PB7 - Podzólio Verm. Amarelo Álico at. baixa text. text. arg. e Podzól. Verm. Amarelo Eutr. abruptico at. baixa text. arg. fl. densa rel. s. ond.

Figura 3.4 Mapa de solos da Resex Chico Mendes

Fonte: Mapa Exploratório de Solos, Folha SC-19/Rio Branco do Projeto RADAMBRASIL (escala 1:1.000.000). Digitalização feita pelo IBAMA/CNPT.

3.5.2 Meio Ambiente Biótico

Vegetação

Em termos biogeográficos, a área compreendida pela Resex Chico Mendes faz parte da província Amazônica conforme classificações Udvardy (1975) e Rizzini (1963) (IDEAS, 1993).

O primeiro levantamento e descrição da tipologia da vegetação para o estado do Acre foram feitos pelo projeto RADAMBRASIL (1976). Na Resex Chico Mendes foram identificadas as seguintes unidades fitoecológicas: Floresta Tropical Densa e Floresta

Tropical Aberta (IDEAS, 1993). Na reserva apenas 27% são florestas densas e os restantes 73% compostos por florestas abertas, distribuídas conforme mostra a Figura 3.5.

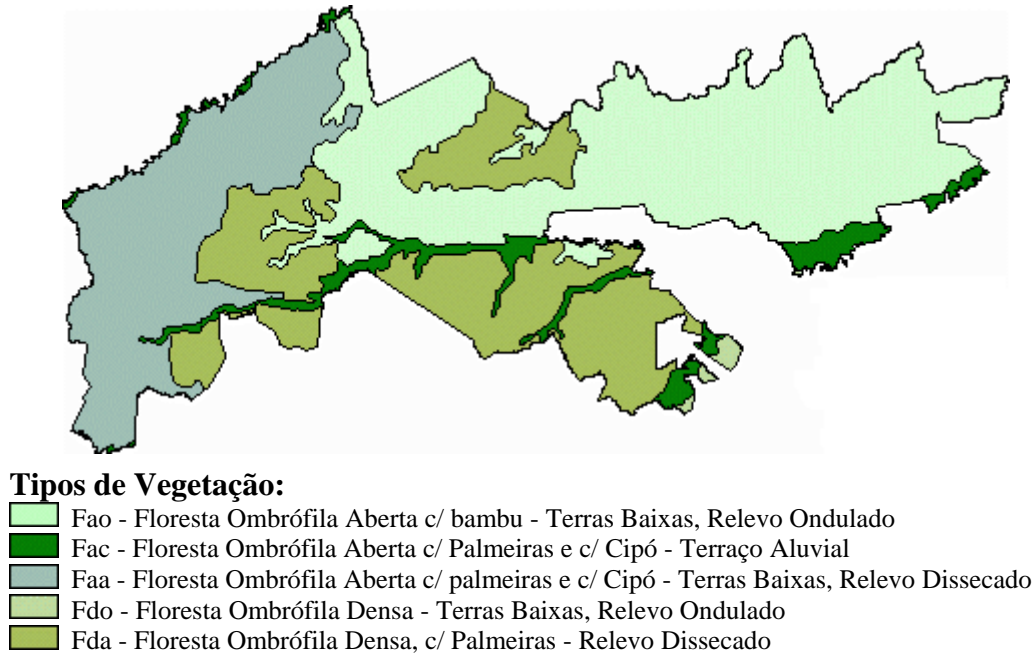


Figura 3.5 Mapa de vegetação da Resex Chico Mendes

Fonte: Mapa Fitoecológico, Folha SC-19/Rio Branco do Projeto RADAMBRASIL (escala 1:1.000.000). Digitalização feita pelo IBAMA/CNPT.

A) Floresta Densa

É um sistema ecológico caracterizado por um sub-bosque denso de porte arbustivo e por uma vegetação arbórea em crescimento, sendo a regeneração, na maioria das vezes, proveniente das espécies arbóreas que compõe o estrato superior. Ocupa cerca de 27% da floresta, tendo a maior extensão de cobertura contínua situada ao sul do Rio Xapuri. Esse sistema é composto de dois tipos florestais, diferenciados por características litológicas e geomorfológicas distintas, como:

a) Floresta Densa das Terras Baixas, Relevo Ondulado (Fdo): sobrepõe os sedimentos do Terciário, principalmente com mais de 30 m de altura. Nas áreas baixas, margeando igarapés, ocorrem seringueiras e as palmeiras açai, jaci, jauari e murumuru, apresentando pouco dispersão de copaíba. Ocorrem também trechos de floresta baixa de relevo dissecado, cuja espécie característica é a cerejeira (*Torresia acreana*) que tem alto valor comercial e tão abundante como a seringueira (*Hevea brasiliensis*) (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 Relação das espécies características da Floresta Densa das Terras Baixas, relevo ondulado (Fdo) na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Nome comum	Nome científico	Frequência
Açacu	<i>Hura creptans</i> L.	Abundante
Açaí	<i>Euterpe</i> sp.	Abundante
Cuiarana	<i>Terminalia amazônica</i> Exell.	Abundante
Escorrega-macaco	<i>Capirona huberiana</i> Ducke	Abundante
Guariúba	<i>Clarisia ramecosa</i> R. E. Fr.	Abundante
Matamatá	<i>Eschweilera</i> sp.	Abundante
Seringueira	<i>Hevea</i> sp.	Abundante
Ucuúba	<i>Virola</i> sp.	Abundante

Fonte: RADAMBRASIL (1976).

b) Floresta Densa dos Relevos Dissecados em Cristas e Colinas (Fda): são encontrados com frequência agrupamentos arbóreos menores e bem uniformes quanto à altura dos indivíduos nos estratos e o dossel atingindo 30 m de altura. O sub-bosque nas áreas mais tabulares é mais aberto do que o situado nas superfícies dissecadas e se adensa na direção dos talwegues, locais onde se encontram espécies de porte arbustivo e de palmeiras em número bem maior. Ocorre em três áreas: uma ao norte, nas cabeceiras dos igarapés Mapinguari, Maloca e Grande, outra a oeste, na cabeceira do Rio Xapuri e a outra ao sul, seguindo o curso do Rio Xapuri até o Rio Acre. As espécies principais são: Vacariquara, abiorana, anjelim, breu, cariperana, castanheira, cedrorana, copaíba, fava de espinho, louro, parapara, pau-mulato e ucuúba. Nas terras baixas dos relevos dissecados é grande a ocorrência de palmeiras como o açaí, injá, jarina, mumbaca, murumuru, pataú e paxiúba e cipós, sendo pequena a quantidade de bambus (Tabela 3.3).

Tabela 3.3 Relação das espécies características da Floresta Densa dos relevos dissecados em cristas e colinas (Fda) na Resex Chico Mendes.

Nome comum	Nome científico	Frequência
Cerejeira	<i>Torresia acreana</i>	Abundante
Breu	<i>Protium</i> sp.	Abundante
Pataúá	<i>Oenocarpus bataua</i>	Abundante
Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>	Abundante
Taxi-preto	<i>Tachigalia mymecofilla</i>	Abundante

Fonte: RADAMBRASIL (1976).

B) Floresta Aberta

É um sistema ecológico caracterizado pela dispersão sobre terras baixas, cobertas por arenito Terciário, nos terraços aluviais do Quaternário e nos terrenos submontanos,

relativamente mais alto, do embasamento Pré-cambriano. Nesse sistema ocorrem as seguintes formações:

a) Floresta Ombrófila Aberta com palmeiras e cipós (Fac): floresta de terraço aluvial que ocorre sobre os terraços do Quaternário, cobrindo 7,24% da Reserva. Ocorre margeando todos os cursos d'água principais da região, apresentando largura variável ao longo das margens. A floresta contém nestes ambientes árvores de grande porte e aparenta certa semelhança florística com a floresta densa dos tabuleiros Terciários. É caracterizada pela presença da abiorana seca, acariquara, andirobarana, manorana, munguba, seringueira e ucuúba, sendo raras a ocorrência da castanheira, guariúba, jutaí-açu, mogno e morototó. As palmeiras mais comuns são o açaí, bacaba e mumbaca e gramíneas como o bambu (Tabela 3.4).

Tabela 3.4 Relação das espécies características das Florestas Abertas das Terras Baixas (Fac) na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Nome comum	Nome científico	Interfluviais Tabulares Terciários	Terraços Quaternário	Planície Quaternário
Andirobarana	<i>Guarea sp.</i>	Rara	Rara	Abundante
Castanheira	<i>Bertholletia excelsa</i>	Abundante	Abundante	-
Cedrorana	<i>Cedrelinga cataneformis</i>	Rara	Rara	-
Escorrega-macaco	<i>Capirona huberiana</i> Ducke	Rara	Abundante	Abundante
Guariúba	<i>Clarisia ramecosa</i> R. E. Fr.	Abundante	Rara	Rara
Jatobá	<i>Hymenea corbaril</i> L.	Abundante	Rara	Rara
Janary	<i>Astrocarym javary</i> Mart.	-	Rara	Abundante
Matamatá	<i>Eschweilera sp.</i>	Abundante	Abundante	Abundante
Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i> King	Rara	Rara	-
Moracea-chocolate	<i>Pseudolmedia multinervis</i> Mildbr.	Abundante	Abundante	Abundante
Morototó	<i>Didymopanax morototoni</i> Albr.	Rara	Rara	-
Murumuru	<i>Astrocarym murumuru</i> Mart.	Abundante	Abundante	Abundante
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i> Lam.	Rara	Abundante	Abundante
Paxiúba	<i>Iriarteia sp.</i>	Abundante	Abundante	Rara
Ucuuba-preta	<i>Virola milinonni</i> Benoist	Rara	Abundante	Abundante

Fonte: RADAMBRASIL (1976).

b) Floresta Ombrófila Aberta com palmeiras e cipós (Faa): floresta de terras baixas e relevo dissecado, ocupando 22,93% da Reserva, presente nas encostas dos interflúvios residuais, nos vales estreitos e nos mais longos. Está situada em quase toda a parte oeste da Reserva, tendo como limite uma faixa da floresta aberta de terraço fluvial e o Rio Iaco. Seu sub-bosque é rico de palmeiras de porte pequeno. Dentre as espécies mais

características, destacam-se as palmeiras açai, inajá, jarina, mumbaca, murumuru, patauí, paxiubinha, paxiubão e as árvores açacu, amarelão, fava de espinho, ingá, matamatás, muratinga, seringueira, tautari e ucuúba (Tabela 3.5).

Tabela 3.5 Relação das espécies características das Florestas Abertas de Terras Baixas, com palmeiras e cipós, relevo dissecado (Faa) na Resex Chico Mendes.

Nome comum	Nome científico	Frequência
Axixá / cupuaçu	<i>Sterculia sp.</i>	Abundante
Breu	<i>Protium sp.</i>	Abundante
Castanheira	<i>Bertholletia excelsa</i> H. B. K.	Abundante
Cerejeira	<i>Torresia acreana</i>	Abundante
Escorrega-macaco	<i>Capirona huberiana</i> Ducke	Abundante
Muiratinga	<i>Omeidophaena máxima</i> Ducke	Abundante
Tachi-preto	<i>Tachigalia myrmecophilla</i> Ducke	Abundante

Fonte: RADAMBRASIL (1976).

c) Floresta Ombrófila Aberta com bambu, das terras baixas de relevo ondulado (Fao): ocupando 44% da Reserva, situa-se nas áreas dos baixos tabuleiros, de dissecção variando de forte a suave. Em extensão prevalece sobre as outras fisionomias, pois ocupa praticamente todo o centro-leste da Reserva (Tabela 3.6). Esta formação compreende três tipos de comunidades:

I) Floresta aberta de cipó: situada nas encostas do relevo residual e nas largas depressões circulares, situadas entre os testemunhos do embasamento. As características principais da comunidade são as fanerófitas sarmentosas que revestem a maioria de suas árvores, imprimindo-lhes o aspecto de torres, isoladas por um denso revestimento de lianas que cobre o estrato mais baixo do sub-bosque. Ocorrem, também, nas terras baixas dos arenitos do Terciário e dos terraços aluviais, especialmente ao longo dos rios de água preta. É um ambiente onde a floresta de cipós aparece em clareiras menores, inclusas sobre solos arenosos lixiviados.

II) Floresta aberta de palmeira: situa-se em sua maioria nas terras baixas do arenito Terciário, principalmente nas superfícies dissecadas. Tais áreas aluviais do Quaternário e nas superfícies dissecadas do Terciário e do Pré-Cambriano, as comunidades são caracterizadas pelas palmeiras e ocupam situações especiais, como as planícies inundadas temporariamente, ao longo dos rios e nos talwegues dos inúmeros vales da superfície dissecada. As características principais dessas comunidades florestais são as mesofanerófitas rosuladas: palmeiras, principalmente do gênero *Iriarte*, no arenito

Terciário e Orbigny no Pré-Cambriano. As árvores características são a Ravenala guianensis e o Apuleia moralis.

III) Floresta aberta de bambu: caracterizada por comunidades naturais, onde o bambu se dispersa como componente dominado no sub-bosque. Nas aberturas do dossel, onde há maior penetração de raios solares, aparece o adensamento de bambu. O gênero dominante é o Bambusa com os subgêneros Guadua nas comunidades de terras baixas do arenito Terciário e Merostachs e Guadua no arenito dobrado do Cretáceo. Também ocorrem a fava de espinho e a castanheira.

Tabela 3.6 Relação das espécies características das Florestas Abertas de Terras Baixas de relevo ondulado (Fao) na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Nome comum	Nome científico	Floresta de palmeira	Floresta de cipó	Floresta de bambu
Axixá	<i>Sterculea sp.</i>	Abundante	Abundante	Abundante
Amarelão	<i>Apuleia sp.</i>	Abundante	Rara	Rara
Breu-manga	<i>Tetragastris sp.</i>	Rara	Rara	Abundante
Fava de espinho	<i>Acácia huilana</i>	Rara	Rara	Abundante
Carapanúba preta	<i>Aspidosperma sp.</i>	Abundante	Abundante	Rara
Castanheira	<i>Bertholletia excelsa</i>	Rara	Rara	Abundante
Jatobá	<i>Hymenaea corbaril</i>	Abundante	Abundante	Rara
Mapatirana	<i>Pouroma paraensis</i>	Abundante	Abundante	Rara
Morácea-chocolate	<i>Pseudolmedia multinervus</i>	Abundante	Abundante	Rara
Murumuru	<i>Astrocarium murumuru</i>	Abundante	Rara	Rara
Paricá	<i>Schizolobion amazonicum</i>	Rara	Abundante	Rara
Patamá	<i>Oenocarpus bataua</i>	Abundante	Rara	Rara
Cajazeiro	<i>Spondias lutea</i>	Abundante	Abundante	Abundante

Fonte: RADAMBRASIL (1976).

Fauna

Quanto a Fauna a Reserva Extrativista Chico Mendes situa-se na região zoogeográfica para primatas e peixes, sendo considerada como centro de endemismo para aves e anfíbios, além de refúgio para borboletas e aves. Entre a diversidade da fauna destacam-se como fontes de proteína animal o porquinho do mato, o veado campeiro, o macaco prego, a queixada e a anta, considerados os principais produtos de caça consumidos pelas populações tradicionais da floresta. Na pesca são relevantes entre outras as espécies piaba, cará, piau, mandi e a traíra.

Conforme citações disponíveis no ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico) do estado do Acre, cerca de 40% dos mamíferos do Brasil e 5% dos mamíferos do mundo

ocorrem no Acre, sendo que no caso das aves, 45% das espécies existentes no Brasil e 8% daquelas existentes no mundo, o que demonstra a importância da região para a biodiversidade da fauna. Segundo o mesmo estudo, os principais registros de grupos faunísticos são provenientes de pontos de coleta dentro de unidades de conservação e terras indígenas, o que vem confirmar a importância destas áreas como fonte de referências para o conhecimento e conservação da fauna regional e brasileira.

3.6 Caracterização Social

3.6.1 Perfil Geral da População

Após dois anos de sua criação, segundo o CNS (1992), a Resex Chico Mendes apresentava os seguintes números:

- Número total de famílias: 1.838;
- Total de moradores: 12.017;
- Densidade demográfica: 80 hab/hectare;
- Municípios com maior número de famílias dentro da Resex: Xapuri e Brasiléia, seguidos de Assis Brasil, Sena Madureira e, por último, Rio Branco;
- População constituída em sua maioria por jovens entre 09 e 17 anos;
- Número de indivíduos casados superior ao de solteiros e viúvos;
- Número de indivíduos do sexo feminino superior ao do sexo masculino;
- Número médio de sete dependentes por família, apontando para um número mínimo de 08 moradores por domicílio;

Estudo socioeconômico realizado em 1996 pelo ISPN, estimou que existiam na Reserva, durante a segunda metade da década de 1990, cerca de 1.400 famílias.

O declínio dos preços da borracha, somado às dificuldades vividas nos seringais, gerou durante a segunda metade da década de 90 uma tendência à migração dos moradores da Resex Chico Mendes para áreas de assentamentos agrícolas, fazendas ou periferias das cidades, tal como mostra a Figura 3.6.

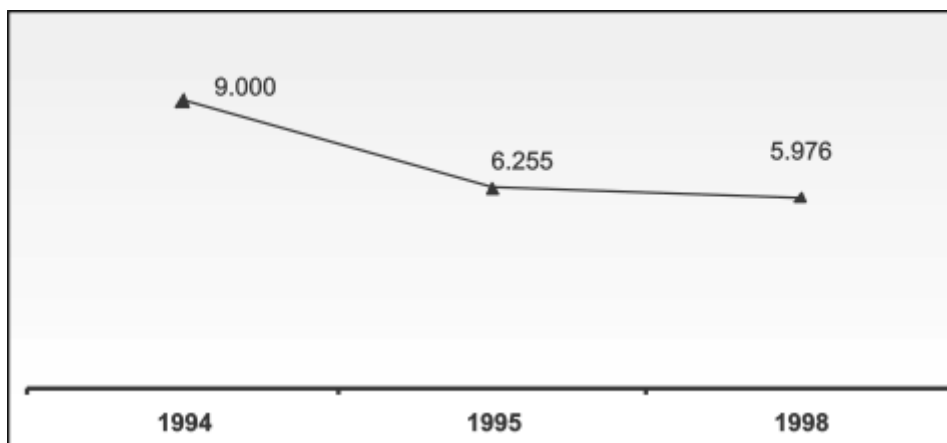


Figura 3.6 Variação da população na Resex Chico Mendes (nº de indivíduos) na segunda metade da década de 90.

Fonte: ACRE (2000).

Os dados populacionais levantados pelo IBAMA/CNPT, em 1998, apresentaram os seguintes números:

- Número total de famílias: aproximadamente 1.092;
- Total de moradores: 5.976;
- Maioria da população constituída por jovens na faixa dos 19 anos de idade;
- Número de indivíduos do sexo feminino (44,8%) inferior ao sexo masculino (55,2%);
- Número médio de moradores por domicílio na segunda metade da década de 90: 5,4 indivíduos.

Levantamentos mais atualizados do CNPT/IBAMA apontavam para a existência de aproximadamente 7.500 pessoas residentes na Resex, sendo os principais recursos manejados a castanha e borracha (IBAMA/CNPT, não publicado).

No segundo semestre de 2005, foi iniciado o recadastramento dos moradores da Resex Chico Mendes, atualmente em fase de processamento e sistematização dos dados. É provável que esse levantamento identifique aproximadamente 2.000 famílias na Resex, apontando para uma reversão do quadro de emigração.

3.6.2 Cultura

Festas, Celebrações, Artesanato, Lazer e Religião

A Resex Chico Mendes apresenta um mosaico da cultura extrativista, o que se reflete, por exemplo, em várias práticas, como as relativas a saúde e religião. Diferentes

tendências coexistem, como as baseadas nas crenças populares, nas práticas dos curandeiros, das rezadeiras e das parteiras.

A cultura do seringueiro caracteriza-se por um processo de simbiose com a natureza, já que o seu “modo de vida” baseia na compreensão das interações existentes entre os ciclos da natureza e o uso dos recursos naturais. O seringueiro apresenta um conhecimento da natureza que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral.

Assim, a cultura tradicional do seringueiro está baseada no que se costuma chamar de um “conservadorismo cultural” que implica em um comportamento mais prudente em termos ecológicos (ACRE, 2000).

Segundo Melo (2006a) identificam-se dentro da Reserva três tipos de festas: religiosas, dançantes e de lazer, conforme calendário cultural a seguir:

Festas religiosas

- São João do Guarani (24 de junho) e Santa Luzia (13 de dezembro), além de cultos religiosos onde após as cerimônias são servidos churrascos e bolos;
- Procissão “Alma do Bonsucesso” (15 de agosto): Romaria até a Capela de Bonsucesso, situada a uma distância de 32 Km, da cidade até a Resex.
- Procissão de São Sebastião - protetor dos seringueiros (20 de janeiro): Realizada em Xapurí e Epitaciolândia. Os seringueiros vão para a cidade fazer compras (roupas) e acompanhar a Procissão. Nessa época o comércio ambulante local recebe comerciantes de outras cidades.

Comemorações:

- dia dos Pais, dia das mães e dia das crianças.
- Semana Chico Mendes (15 a 22 de dezembro): Comemoração do aniversário de nascimento de Chico Mendes, com realização de maratona, jogo de futebol, festa dançante, missa e visitação.

Mutirões

- Realizados durante o ano todo para limpeza de roçado e abertura de ramal – com realização de forró à noite.

Lazer:

- Campeonatos de futebol na Resex, só com times da Reserva (masculino e feminino): realizados nos finais de semana sendo a final disputada no campo do município de Assis Brasil;
- Copa Chico Mendes (está no 5ª edição): Realizada no Município de Xapuri, entre times classificados anteriormente em um torneio disputado dentro da Resex.

3.6.3 Relações de gênero e participação da mulher

A extração da borracha é a principal atividade extrativista na Resex Chico Mendes, condicionando, através do sistema de estradas de seringa que delimitam as colocações, todos os demais aspectos do uso da floresta pelos seringueiros (ACRE, 2000). Enquanto o corte da seringueira é uma atividade predominantemente masculina, a agricultura possui significativa participação da mulher (no início da década de 1990, pouco mais de um terço da mão-de-obra utilizada na agricultura era feminina). Quanto à criação de animais, a participação masculina é predominante, mas as mulheres constituem algo em torno de 20 a 23% da força de trabalho (CNS, 1992).

O modo de vida do seringueiro está baseado no seu trabalho. Na Resex Chico Mendes, as horas livres em um dia de trabalho correspondem ao tempo do almoço, ou seja, uma média de 2 horas diárias, geralmente entre 12:00 e 14:00 horas, utilizadas para descansar. O tempo de trabalho é dedicado, em sua maioria, à atividade de agricultura. Dessa forma, a jornada de trabalho de homens e mulheres é bastante intensa. Isso se deve, em parte, ao baixo nível tecnológico utilizado que acarreta práticas rudimentares de trabalho. Mesmo em casos em que uma colocação abrange mais de uma família, em geral essas vivem um pouco isoladas, conectadas às demais através de varadouros (também chamados de ramais) ou varações. Os varadouros são caminhos abertos e conservados pelos seringueiros através de mutirões, enquanto que as varações são picadas estreitas dentro da floresta (CNS, 1992).

3.6.4 Associativismo

Formas de associativismo, como o Cooperativismo, têm gerado resultados positivos no sentido de resolver problemas da comercialização. Um bom exemplo é a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, que conseguiu ter importante participação no

mercado do Município, tornando-se um dos principais contribuintes no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (CNS, 1992).

Atualmente, existem na Resex Chico Mendes 15 Associações, 05 Cooperativas e 54 Núcleos de Base.

Diversas associações existentes na área da Resex Chico Mendes possuem dentre os seus objetivos apoiar as atividades sociais e produtivas desenvolvidas no local. Dentre estas atividades, a extração da borracha e da castanha possuem destaque, representando os principais produtos extrativistas da Resex. As associações auxiliam as atividades que visam garantir a subsistência dos extrativistas, como por exemplo, a criação de pequenos animais, apicultura e o beneficiamento de sementes, e ainda, na comercialização de produtos, facilitação de acesso ao capital de giro e fiscalização da Resex (MELO, 2006a).

As cooperativas são administradas conforme a vontade de seus associados, os quais definem prioridades com base em necessidades e objetivos estabelecidos, podendo-se dizer, então, que elas contribuem para o desenvolvimento das comunidades por meio da geração de empregos, produção, serviços e preservação do meio ambiente, mediante políticas aprovadas pelos associados. As principais atividades desenvolvidas pelas cooperativas da Resex Chico Mendes são a compra, beneficiamento e armazenamento de borracha e castanha, além da busca de outras alternativas de renda, créditos e fornecimento de materiais de consumo.

Os núcleos de base representam a presença da associação na comunidade, possibilitando que essa associação possa atuar de forma mais eficiente e próxima às comunidades que representa. Esses núcleos são executores, monitores e avaliadores das ações implementadas na Resex Chico Mendes. Através deles, a comunidade aprofunda seu conhecimento sobre a Resex e sobre o que ocorre dentro e fora dela. Os Núcleos de Base promovem reuniões de caráter educativo onde são abordados temas de interesse das comunidades, tais como produção, comercialização, higiene, saúde, escola, lazer, entre outros. Além de ter um caráter educativo, os Núcleos de Base também realizam ações para melhoria do local (MAIA, 2006).

3.6.5 Acesso às Políticas Públicas

Esse item tem por objetivo melhor caracterizar as comunidades residentes, identificando suas demandas para a melhoria dos serviços públicos e para o acesso às políticas públicas.

Educação

No início da década de 1990, existiam na Resex Chico Mendes 86 escolas. Parte dos professores era remunerada pelo Governo Estadual, através de um convênio entre o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) e a Secretaria de Educação. A outra parcela dos professores era mantida por suas comunidades (CNS, 1992).

Ao contrário das escolas da rede municipal, que funcionavam durante um turno apenas, as escolas do Projeto Seringueiro funcionavam em dois turnos, atendendo alunos na faixa etária entre 09 e 17 anos. Nos finais de semana, essas escolas atendiam alunos que, em sua maioria, eram adultos que durante a semana trabalham no corte da seringa, na coleta de castanha e na agricultura (CNS, 1992).

O Projeto Seringueiro surgiu a partir da proposta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR de Xapuri) de se criar cooperativas agro-extrativistas. Essa proposta gerou a necessidade de que os seringueiros soubessem ler, escrever e contar (Comitê Chico Mendes, 2005). O projeto objetivava levar a alfabetização a vários pontos da floresta, o que contribuiria com a organização autônoma dos seringueiros.

Iniciado em 1981, com a assessoria do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), o projeto proporcionou a coordenação de dezenove escolas e vários monitores. Tendo como material didático a cartilha Poronga (lanterna que o seringueiro utiliza na escuridão da floresta), procurou-se chegar à alfabetização através das palavras mais utilizadas pelos próprios seringueiros (mata, paxiúba, borracha, empate etc.), ou seja, considerando a realidade sócio-cultural local (CNS, 1992).

Mais de mil seringueiros já foram alfabetizados, além dos conhecimentos adquiridos também na área de saúde preventiva, onde se procurava educar os trabalhadores no trato com seu próprio corpo através de seis postos de saúde nos seringais (STR de Xapuri, 2005). Do total de escolas existentes no início da década de 1990, 11 escolas

contavam com a orientação do Projeto Seringueiro. Essas escolas atendiam pouco mais de 300 alunos (CNS, 1992).

A Resex Chico Mendes apresentava no início dos anos 90 um alto contingente de alunos matriculados e uma razoável frequência de alunos em sala de aula (CNS, 1992).

Em função da divisão social do trabalho e da concepção de que o homem é o provedor da família, alunos do sexo masculino se constituem no grupo com maior grau de evasão escolar. Os meses de maior evasão escolar são os que coincidem com a safra da seringa, ou seja, Maio, Junho, Julho e Agosto (CNS, 1992).

O acesso à escola ocorre geralmente através de caminhadas, que variam entre 30 minutos e 3 horas. Em menor escala, são utilizados canoas e animais para o transporte dos alunos (CNS, 1992).

Alguns problemas e soluções referentes ao sistema educacional foram identificados pelos comunitários no início dos anos 90, conforme a Tabela 3.7.

Tabela 3.7 Sistema Educacional – problemas e soluções (em ordem de importância) identificadas pelos comunitários da Resex Chico Mendes (1992).

Principais problemas identificados	Soluções identificadas
Organização e didática	Fornecer material didático
Ausência dos professores (faltas)	Comunicação entre professores e pais dos alunos
Distância e\ ou falta de transporte	Maior número de escolas, para diminuir distâncias
Falta de tempo dos comunitários para se dedicar aos estudos	Dar condições físicas e materiais para os professores
-	Organização escolar e comunitária
-	Maior assistência às escolas por parte do projeto seringueiro
-	Realizar treinamentos para os professores

Fonte: CNS (1992).

Conforme levantamento realizado por Melo (2006a) junto às comunidades da Reserva, os principais problemas identificados relacionados à educação são:

- Transporte deficitário e conseqüente dificuldade de acesso às escolas da Resex (os alunos vão a pé até a escola, levando até 2 horas para chegar);
- Carência de Escolas com 5^a a 8^a séries e 2^o grau (há também seringais sem escola alguma);
- Currículo escolar distante da realidade das comunidades da Resex.

As escolas na Resex Chico Mendes precisam considerar os elementos culturais, a vivência dos comunitários e o pensamento dos alunos. Ou seja, a escola deve considerar a realidade dos educandos. O respeito à cultura deve ser um princípio, pois a valorização da vida, dos costumes e das habilidades dos que vivem na mata permite que estes continuem vivendo nela. Observou-se com o “Projeto Seringueiro” que as escolas que possuem monitores seringueiros têm mais chance de desenvolver esse tipo de processo educativo. Dessa forma, os desafios para a construção de uma concepção de educação que atenda aos interesses das comunidades da Resex são: a consolidação de um currículo voltado aos interesses das crianças e adultos e; a existência de um material adequado que fale da vida, da luta, da mata, do modo de viver dos trabalhadores da floresta e também de outros povos (CORDEIRO & CASTELA, 2005).

Saúde

Em 1983, o movimento dos seringueiros, juntamente com o poder público, a Igreja e o STR de Xapuri, iniciou um serviço comunitário de saúde através da formação de Agentes Comunitários de Saúde, que eram geralmente lideranças comunitárias. No entanto, o apoio oficial foi fraco e coube aos Agentes a responsabilidade de manter os serviços (KLEIN, 2005).

Em 1988, o movimento dos Seringueiros buscou retomar os trabalhos de saúde comunitária que considerasse principalmente as características culturais e o saber tradicional das comunidades com relação ao uso medicinal das plantas. Como resultado desse esforço, foi criada uma equipe de pessoas para iniciar essa nova etapa de trabalho. Essa equipe era formada por professores da Universidade Federal do Acre (UFAC), por integrantes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre, do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) e por um grupo maior de Agentes Comunitários de Saúde. Esse trabalho formou, nos anos seguintes, um contingente maior de agentes (KLEIN, 2005).

A carência de programas governamentais de assistência médica (apesar da existência de alguns postos de saúde nas proximidades da Resex) incentivou a criação do Programa de Saúde do Projeto Seringueiro, que era responsável no início dos anos 90 pela maior parte dos atendimentos médicos na reserva. O atendimento era feito por seringueiros treinados e se resumiam praticamente às ações de primeiros socorros e de vacinação (principalmente em crianças). Além disso, os agentes de saúde do Projeto Seringueiro

atuavam de forma a informar e educar as comunidades da Resex no que se refere a doenças, alimentação, higiene, etc (CNS, 1992).

Em 1995, iniciou-se o “Programa Saúde na Floresta”, em cooperação com o Centro dos Trabalhadores da Amazônia e a Universidade Federal do Acre. Este Programa tem buscado utilizar tecnologias simplificadas para prevenção de enfermidades e a manutenção da saúde. Assim, o saneamento ambiental das moradias foi estimulado, contemplando limpeza, conservação e proteção das fontes de água, construção de privadas, manejo dos animais domésticos (KLEIN, 2005).

Embora o tratamento da maioria das doenças ocorra através da utilização de remédios caseiros fabricados com ervas, folhas, cascas de árvores e raízes, observa-se um acentuado uso de antibióticos e outros derivados da alopatia, adquiridos nas cidades, através de marreteiros e, em alguns casos, nos postos de saúde. Observa-se que a automedicação é bastante freqüente. Outro comportamento nada raro é a busca de orientação junto ao balconista de farmácia ou ao próprio marreteiro. O grande desafio está em conciliar as diferentes concepções existentes nessas comunidades quanto à medicação e aos métodos de tratamento mais adequados. Coexistem as práticas baseadas em crenças populares, nas práticas dos curandeiros, das rezadeiras, das parteiras, etc (CNS, 1992).

Com relação à dentição, a maioria dos moradores da Resex apresenta algum problema dentário. O principal tratamento é a extração dos dentes afetados. Essa operação é feita geralmente por dentistas práticos ou por profissionais, quando os moradores se deslocam até algum núcleo urbano (CNS, 1992).

Levantamentos do início da década de 1990 apontaram como doenças mais comuns na Resex Chico Mendes: gripe, verminose, sarampo, micose e escabiose, diarreia, males provenientes de picadas de animais peçonhentos, leishmaniose, anemias e coqueluche.

Embora casos de malária sejam raros, doenças como a hanseníase e a tuberculose ainda não foram erradicadas, apesar de apresentarem baixo percentual de ocorrência (CNS, 1992).

De acordo com Melo (2006a), as doenças mais comuns são malária, leishmaniose, febre, gripe, verminoses, cortes provocados por golpes de faca e machado durante a extração de produtos, diarreia, anemia e desnutrição.

Em diversas comunidades da Resex há dificuldade de acesso a medicamentos. Além disso, os casos considerados graves precisam ser removidos até a cidade mais próxima, que, em alguns casos, fica a 03 dias de barco. O transporte de doentes é feito pelos próprios moradores, que utilizam uma rede na qual o paciente é carregado até a localidade mais próxima que dispõe de assistência de saúde (MELO, 2006a).

Apesar de haver campanhas de vacinação na Resex, foi relatado que elas possuem dificuldade em atender toda a sua área. Em algumas localidades foi dito que há postos de saúde construídos, mas estes não estão em condições de funcionamento. No entanto, em 2005 a Secretaria Municipal de Saúde levou aos seringais diversos profissionais para atender a comunidade local (MELO, 2006a).

Os trabalhos desenvolvidos na Resex Chico Mendes na área de saúde buscaram incentivar a melhoria da alimentação através da diversificação de cultivos na pequena agricultura familiar. Nesse sentido, houve o incentivo, por exemplo, à formação de sistemas consorciados de espécies frutíferas em áreas degradadas. Como parte das tecnologias simplificadas, enfatizou-se o preparo tradicional de plantas terapêuticas através de técnicas como a secagem, trituração e a preparação das tradicionais garrafadas. Outras técnicas simplificadas desenvolvidas foram a geoterapia e a homeopatia. Com a adoção destes conhecimentos de fácil domínio, muitos problemas de saúde são resolvidos nas próprias comunidades, evitando sofrimentos e deslocamentos demorados até os núcleos urbanos mais próximos (KLEIN, 2005).

Moradia, instalações comunitárias e saneamento básico

A casa da maioria dos moradores da Resex Chico Mendes é construída da seguinte forma: são utilizadas ripas de paxiúba para as paredes e assoalho, enquanto a sua cobertura é feita a partir de cavacos de madeira ou palha de diferentes palmeiras. O número de cômodos independe do tamanho da família, constituído basicamente de três divisões: quarto, sala e cozinha. A sala é aberta e o quarto se localiza entre a sala e a cozinha. As moradias geralmente se localizam próximo a igarapés ou rios (CNS, 1992).

O lixo, constituído de restos de comida, é disposto no quintal para a alimentação dos animais domésticos, como porcos, galinhas, patos e carneiros. Em geral, não há vasos sanitários nas casas e são utilizadas áreas ao redor da casa, próximas a igarapés ou dentro da floresta. A água utilizada para a preparação dos alimentos e para beber é proveniente de igarapés ou vertentes e não recebe nenhum tipo de tratamento (CNS, 1992).

Atualmente, programas do Governo Federal, como o Crédito Moradia do Incra, têm possibilitado a construção de novas casas dentro da Resex. Já foram construídas 388 moradias e 41 estão em fase de implantação (ABDALLA JÚNIOR, 2005). Essas novas casas começam a refletir algumas mudanças no modo de vida dessas comunidades.

Na área de Assis Brasil já houve projeto em parceria com a Funasa contemplando unidades familiares com fossas individuais e, nas escolas, um núcleo germinado. No entanto cerca de 70% das casas ainda não foram contempladas (MELO, 2006a).

Acesso ao crédito

Atualmente, o Governo Federal, através do Incra, tem programas de crédito como o Crédito de Instalação para compra de equipamentos e o Crédito Moradia.

Outro programa que atende aos extrativistas é o Pronaf, que tem impactos tanto sociais quanto econômicos, proporcionando condições para que estes incrementem sua escala de produção, gerando renda, mantendo as pessoas ocupadas e possibilitando que as famílias permaneçam nos seus locais de moradia.

Os extrativistas, que são enquadrados no Pronaf A como os assentados de Reforma Agrária, têm condições de ampliar e aperfeiçoar as atividades que já desenvolvem, implementar novos projetos produtivos, adquirir equipamentos e insumos, o que antes não se conseguia devido à falta de condições e de recursos financeiros.

Para um maior apoio aos extrativistas, a partir de 2005, foi elevado o limite de financiamento do Pronaf Grupo "A", que passou de R\$ 13.500,00 para R\$ 16.500,00 por família.

3.7 Caracterização Econômica

3.7.1 Atividades econômicas e de subsistência

A partir da estimativa de existência de 1.400 famílias na Resex Chico Mendes, o Governo do Estado do Acre concluiu que a área média por unidade familiar é de aproximadamente 697,55 ha, enquadrando-a no grupo de estabelecimentos entre 100 e menores que 1.000 ha (ACRE, 2000), conforme Tabela 3.8.

Tabela 3.8 Caracterização dos estabelecimentos rurais na Resex Chico Mendes em relação as demais propriedades de 100 a < 1000 ha do Estado do Acre.

Grupos de Estabelecimento (Acre e Chico Mendes)	Estabelecimentos Área média (ha)	Renda Bruta da Produção Animal e Vegetal						Estabelecimentos que praticam Extrativismo	
		Animal (%)		Vegetal (%)		Total	Borracha (%)	Castanha (%)	
		Grande e média	Peq.	Agric.	Extrat.				
100 a < 1.000	212,95	42	5	42	10	100	42	16	
Chico Mendes	697,55	17	15	49	18	100	86	52	

Fonte: Acre (2000).

Além do extrativismo, observa-se a existência de outras fontes de renda na Resex Chico Mendes, tais como a criação de pequenos animais, a caça, a pesca e o recebimento de aposentadoria (ACRE, 2000).

A mão-de-obra é basicamente familiar. Com relação à média de estabelecimentos entre 100 e menores que 1.000 ha do censo agropecuário, as unidades familiares da Resex Chico Mendes apresentam peso relativo mais reduzido da pecuária e maior importância do extrativismo, da criação de pequenos animais e da agricultura (ACRE, 2000).

As ações na área agrônômica são necessárias para dar suporte à melhoria de condições de vida das comunidades da Resex, tais como projetos que promovam o envolvimento das comunidades na recuperação de áreas degradadas relativas a roçados e pastos abandonados e na implantação de sistemas agroflorestais em roçados novos e capoeiras (CNS, 1992). Nesse sentido, a Embrapa Acre, em parceria com a Emater-AC, Federação da Agricultura do Estado do Acre, Senar-AC, Sebrae-AC, Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC, promoveu um processo intensivo de transferência e adoção de tecnologias. Assim, foi desencadeado um programa intensivo de capacitação dos seringueiros da Resex Chico Mendes, através de cursos, palestras, dias-de-campo, unidades demonstrativas, produção e distribuição de sementes e mudas (ACRE, 2000).

Na Resex Chico Mendes a agricultura é basicamente para a subsistência e de forma itinerante, com a utilização da mesma área por um período máximo de 03 a 04 anos, com o cultivo das chamadas culturas brancas (arroz, milho, feijão, e mandioca) e o cultivo de algumas frutíferas. As principais frutíferas são: laranja, maracujá, jaca, limão, lima, tangerina, banana, manga, mamão, caju, abacate, goiaba, abacaxi e coco. Além disso, contam-se também com as espécies nativas de palmáceas, como açai, bacaba, patuá, coco de ouricuri e outros. (CNS, 1992).

A agricultura constitui aproximadamente 29% da renda familiar, baseando-se principalmente na farinha de mandioca e no arroz. Em segundo plano estão: o feijão; o

milho e; em menor escala, as frutas. No início da década de 1990, os roçados apresentavam área média de 1,2 ha. Os cultivos são consorciados e apresentam a seguinte seqüência numa mesma área: arroz e milho, depois feijão e por último a mandioca (CNS, 1992), conforme mostrado na Tabela 3.9.

Atualmente, verificou-se que esse calendário foi alterado em alguns pontos da Resex, como no caso da Comunidade Humaitá, localizada no Ramal 19. Essa comunidade realiza a exploração da castanha no período de Janeiro a Maio, ou seja, um mês a mais do que o período registrado no início da década de 1990. Com relação à produção de borracha, observou-se que a mesma é realizada durante todo o ano nessa comunidade, ou seja, quatro meses a mais do que se verificou na década de 1990 (Abdalla Júnior, 2005).

Tabela 3.9 Calendário do Sistema de Produção do Seringueiro, por atividade e épocas do ano.

ATIVIDADES	Épocas do ano e meses											
	Chuva			Seca						Chuva		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
EXTRATIVISMO												
Corte coagulação do látex				X	X	X	X	X	X	X	X	
Repouso das seringueiras	X	X	X									X
Limpeza das estradas			X									
Coleta da castanha	X	X										X
AGRICULTURA												
Preparo da área					X	X	X	X				
PLANTIOS:												
Arroz									X	X		
Milho									X	X		
Feijão			X	X	X							
Mandioca									X	X	X	
COLHEITA:												
Milho		X	X	X								
Arroz	X	X	X									X
Feijão							X	X				
CRIAÇÕES												
Pequenos animais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ordenha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CAÇA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
PESCA				X	X	X	X	X				
COMERCIALIZAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: CNS (1992).

Atualmente, verificou-se a introdução ou abandono de alguns itens que constituíam a produção anual na Resex Chico Mendes (Tabela 3.10).

No que se refere à criação de animais, os bovinos constituem a maior parte da renda das famílias da Resex, seguidos dos suínos e, então de aves. No início da década de 1990, a produção de alimentos atingia 21% e a criação 8,5% (CNS, 1992).

Tabela 3.10 Atividades econômicas desenvolvidas na Resex Chico Mendes no início da década de 1990 e em 2005.

Atividades (década de 1990)	Atividades (em 2005)
EXTRATIVISMO	EXTRATIVISMO
Borracha	Borracha
Castanha	Castanha
-	Coleta de sementes e óleo de copaíba
AGRICULTURA	AGRICULTURA
Arroz	Arroz
Milho	Milho
Feijão	Feijão
Mandioca	Mandioca
-	Tabaco e cana de açúcar
FRUTÍFERAS	FRUTÍFERAS
Banana	Banana
Laranja	Laranja
Abacate	Abacate
Manga	Manga
Mamão	Mamão
Maracujá	Melancia
Jaca	Cupuaçu
Limão	-
Lima	-
Tangerina	-
Caju	-
Goiaba	-
Abacaxi	-
Coco da Bahia	-
Açaí, bacaba, patuá, coco de ouricuri e outros	
CRIAÇÕES	CRIAÇÕES
Porco	Porco
Aves	Aves
Gado	Gado
-	Ovelha
CAÇA	CAÇA (informação não disponível)
PESCA	PESCA (informação não disponível)

Fonte: CNS (1992); Abdalla Júnior (2005).

Segundo Melo (2006a), o mapeamento das cadeias produtivas existentes dentro da Resex identificou os seguintes produtos agrícolas cultivados na Resex: arroz, feijão, milho, mandioca, café, cupuaçu, pupunha (palmito), açaí, coco de Jarina, pimenta-do-reino, bacaba, patauá, araçá-boi, hortaliças, abóbora e frutas (abacaxi, laranja, mamão, melancia, banana). Outros produtos tais como café, pupunha (palmito), pimenta do reino, cupuaçu, araçá-boi, bacaba, patauá, açaí, andiroba, coco de Jarina, abóbora, hortaliças e frutas não possuem uma época do ano bem definida.

A época de plantio e colheita de alguns produtos está resumida na Tabela 3.11

Tabela 3.11 Época de plantio e Colheita de alguns produtos cultivados na Resex Chico Mendes, AC, 2006.

Plantio	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Arroz	x	x							x	x	x	X
Feijão			X	X	x	X						
Milho	x	x	X						x	x	x	X
Mandioca	x	x	X	X	x	X	X	X	x	x	x	X
Colheita	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Arroz	x	x	X	X								
Feijão							X	X	x			
Milho	x	x	X									
Mandioca	x	x	X	X	x	X	X	X	x	x	x	X

Dentre os produtos do extrativismo a borracha é o principal produto da Resex Chico Mendes, seguido da castanha que participa de maneira significativa na composição da renda dos seringueiros. Observa-se que tanto a borracha quanto a castanha produzidas na Resex representam parte significativa da produção do Estado (ACRE, 2000). Em 1992, produzia-se anualmente na Resex Chico Mendes 2,1 mil toneladas de borracha e 340 mil latas de castanha (CNS, 1992).

Atualmente, a produção anual de borracha atinge aproximadamente 400 toneladas por ano, ou seja, menos de 25% do que se produzia no início da década de 1990. A Cooperativa Agro-Extrativista de Xapuri (CAEX) realiza a compra de aproximadamente apenas 25% da produção (cerca de 100 toneladas). O preço atual do quilo da borracha ao produtor é de R\$ 1,90/Kg (R\$ 1,20 + 0,70 de subsídio). Para ampliar a comercialização desse produto, Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista de Xapuri (AMOPREX) tem realizado o treinamento para coleta de látex, visando fornecer matéria prima para a fábrica de preservativos que está sendo construída em Xapuri (ABDALLA JÚNIOR, 2005).

Quanto à exploração da castanha, atualmente são produzidas aproximadamente 130 mil latas por ano, ou seja, menos de 40% da produção realizada no início da década de 1990. A CAEX compra aproximadamente 30% da produção (cerca de 40 mil latas). O preço atual ao produtor é de R\$ 13,00 por lata. Em 2006, a Usina de Beneficiamento de Castanha irá iniciar suas atividades, descascando e secando as castanhas (ABDALLA JÚNIOR, 2005).

Outras espécies florestais não-madeireiras também podem compor o volume de atividades produtivas, contribuindo para o aumento da renda do extrativista, tais como frutos, óleos, resinas, palmitos, cipós, bambus, palhas e plantas medicinais (ACRE, 2000).

Atualmente, algumas ações nesse sentido estão sendo desenvolvidas pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade de Brasília (UNB) e EMBRAPA, como as que são apresentadas na Tabela 3.12.

Tabela 3.12 Atividades de pesquisa e de produção decorrentes do extrativismo.

ATIVIDADE	ENTIDADE RESPONSÁVEL
Aproveitamento de madeira (artesanato e móveis)	UFAC
Produção de óleo de soure	UFAC
Exploração do jatobá	UFAC/ UTAL
Exploração do sangue de dragão	UFAC/ Parque Zoobotânico
Manejo de Castanha	EMBRAPA
Exploração do óleo de copaíba	UFAC
Produção da borracha (em Assis Brasil)	Projeto Tecbor – UNB

Fonte: Abdalla Júnior (2005).

3.7.2 Produtos potenciais para o extrativismo

Alguns produtos foram identificados recentemente como potencialidades ainda pouco exploradas na Resex Chico Mendes, são eles: açaí, andiroba, unha de gato, murumuru, jarina (na fabricação de óleo e artesanato) e a taboca (com grandes estoques em Assis Brasil) (ABDALLA JÚNIOR, 2005).

3.7.3 Desafios para os produtos florestais não-madeireiros

As dificuldades existentes para o desenvolvimento das atividades extrativistas não-madeireiras têm motivado a busca de alternativas de maior rendimento pelo seringueiro, como o gado e a madeira. Essas dificuldades são: o difícil acesso ao transporte, a carência de animais e barcos e a dificuldade na sua comercialização, especialmente em função dos baixos preços. Apesar de ser uma atividade com significativo potencial, o extrativismo não-madeireiro ainda apresenta graves problemas de padronização, de fornecimento e dispersão dos recursos, além possuir pouca mão-de-obra qualificada tecnicamente para absorver a cadeia produtiva deste setor (ACRE, 2000).

Para o aproveitamento dos produtos não-madeireiros, existe o “Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas”, desenvolvido pela Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE), e que visa os produtos tradicionais, como a borracha e a

castanha, e outros potenciais, como fitoterápicos, cosméticos, palmeiras e sementes florestais. Esse programa tem incentivado o beneficiamento no próprio Estado e a comercialização para cada produto.

A Lei Estadual n.º 1.277, de 13/01/99, conhecida por Lei “Chico Mendes” tem incentivado o extrativismo da borracha. Ela prevê o subsídio estadual para a borracha e, quando somado ao subsídio federal, pode gerar novas perspectivas aos seringueiros e estimular o retorno das famílias à floresta (ACRE, 2000).

Dentre os produtos oriundos da borracha estão:

- O “couro vegetal”, que são lâminas de tecido emborrachado com látex de seringueira, cuja produção é apoiada pelo “Programa do Couro Vegetal” desenvolvido em parceria com Associações de seringueiros e uma empresa com sede no Rio de Janeiro visando o treinamento das comunidades, a compra da produção e a instalação de unidades produtivas em todo o Estado;
- O soldado de borracha, cuja produção tem sido apoiada pelo “Projeto do Soldado de Borracha” em parceria com o World Wildlife Found (WWF-Brasil) buscando apoiar o beneficiamento nos locais de extração do látex, eliminando intermediários no processo de comercialização e remunerando melhor o seringueiro;
- A Folha Defumada Líquida (FDL), que implica na fabricação de folha de látex com uso de ácido pirolenhoso em forma líquida, dispensando a defumação. Este projeto é desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

Como parte da tendência à diversificação da produção, o manejo da madeira tem se apresentado como uma alternativa para gerar retornos financeiros significativos em curto prazo. Atualmente, existem dois projetos de manejo madeireiro nas comunidades Rio Branco e Dois Irmãos: o Projeto do BNDES – Programa Pró-Florestania (que disponibiliza recursos para pesquisa e inventário) e a construção de uma fábrica de piso de madeira em Xapuri, com consumo estimado de 20 mil metros cúbicos de madeira dura (ABDALLA JÚNIOR, 2005).

Entretanto, essa atividade é vista por especialistas e por lideranças das comunidades da Resex como uma grave ameaça à sustentabilidade da Reserva em termos sociais, econômicos e ambientais. Essa visão se fundamenta no fato de que essa atividade apresenta incertezas quanto à disponibilidade futura dos recursos e por não fazer parte da cultura do seringueiro (ACRE, 2000).

Quanto ao aspecto social, a atividade madeireira pode gerar futuramente um processo de concentração de renda e de diferenciação social no interior da Resex. Do ponto de vista econômico e ambiental, essa atividade apresenta grandes incertezas e possíveis riscos em função das alterações que pode gerar nos sistemas tradicionais de uso da floresta.

Em novembro de 2005, as lideranças comunitárias da Resex Chico Mendes, em Brasiléia – AC, identificaram possíveis projetos produtivos como alternativas de renda, conforme Tabela 3.13.

Em reuniões realizadas com lideranças comunitárias no final de 2005, observou-se que as principais atividades comerciais exploradas dentro da Reserva continuam sendo a produção de borracha e de castanha. A produção da farinha de mandioca aparece como alternativa de renda e muitas famílias ainda utilizam a lavoura de subsistência para melhorar sua alimentação (Abdalla Júnior, 2005).

Tabela 3.13 Sugestões das lideranças comunitárias para projetos produtivos na Resex Chico Mendes.

LOCAL	ATIVIDADE
Sena Madureira	Aproveitamento de madeira Criação de peixes Plantio de seringueiras
Xapuri	Apicultura Criação de peixes criação de animais silvestres
Capixaba	Manejo florestal Criação de peixes Artesanato (madeira, cipós, sementes e borracha).
Brasiléia	Coleta de sementes Criação de animais silvestres Artesanato (madeira, cipós, sementes e borracha).
Assis Brasil	Criação de peixes Aproveitamento de madeira Beneficiamento de castanha
Fonte	Abdalla Júnior (2005)

Outras alternativas sugeridas:

Roça sem uso de fogo; Plantio de castanha; Sistemas Agroflorestais – SAF's; Cipó unha de gato estudo de mercado; Plantas medicinais; Vinho de jatobá; Roça sem uso de fogo (ABDALLA JÚNIOR, 2005)

Apesar de já se ter constatado que o beneficiamento de produtos não-madeireiros (caso da borracha e da castanha, dentre outros) pode apresentar resultados econômicos bastante positivos para as comunidades da Resex, ainda se faz necessário aprofundar as

pesquisas sobre o mercado e o processamento desses produtos, bem como inventariar os potenciais produtivos e implementar o manejo desses recursos naturais (CNS, 1992). Novas alternativas econômicas devem ser identificadas e implementadas para se evitar o aumento do desmatamento e o avanço da pecuária (ABDALLA JÚNIOR, 2005).

4 GESTÃO DA UNIDADE

A estrutura de gestão da Resex deve ser compartilhada entre a unidade gestora (IBAMA), as populações extrativistas beneficiárias (representadas pelas associações, núcleos de base ou outras formas associativas) e o Conselho Deliberativo. Apresentam-se a seguir os instrumentos de gestão da Unidade:

4.1 Conselho Deliberativo

A criação do Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas é prevista na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do SNUC), sendo definida em seu art. 18, § 2º: “A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”.

O Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes foi criado pela Portaria IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União - edição nº 98 - em 23 de maio de 2003, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua efetiva implantação, implementação do Plano de Manejo e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

O Conselho Deliberativo, conforme sua Portaria de criação é composto pelas seguintes instituições:

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Prefeitura Municipal de Capixaba;
- Prefeitura Municipal de Sena Madureira;
- Prefeitura Municipal de Xapuri;
- Prefeitura Municipal de Brasiléia;
- Prefeitura Municipal de Assis Brasil;
- Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia – AMOPREB;

- Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil – AMOPREAB;
- Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri – AMOPREX;
- Associação de Seringueiros e Produtores Rurais Unidos dos Seringais Tabatinga, Nova Olinda e Canamari;
- Associação Agro-extrativista Santa Ana;
- Associação de Moradores e Produtores do Seringal Vila Nova – Capixaba;
- Associação de Moradores e Produtores Unidos do Rio Caipora – ASPRUC;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira;
- Cooperativa das Associações de Produtores e Extrativistas de Brasiléia – CAPE;
- Cooperativa de Produtores e Extrativistas do Rio Acre – COOPERACRE;
- Cooperativa Agro-extrativista de Brasiléia – COAEB;
- Cooperativa Agro-extrativista de Xapuri – CAEX;
- Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS;
- Universidade Federal do Acre – UFAC/PZ;
- Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
- Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar – SEPROF;
- Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Extensão Rural – SEATER.

A Portaria nº 28, de 22 de maio de 2003, em seu art. 3º define: “As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista serão fixados em regimento interno a ser elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião”.

O Regimento Interno foi aprovado, por unanimidade, na Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, realizada no dia 18 de agosto de 2005, na cidade de Epitaciolândia – AC, definindo como objetivos do Conselho Deliberativo:

- Realizar junto com o IBAMA, a gestão da RESEX Chico Mendes;
- promover o desenvolvimento sustentável da RESEX Chico Mendes;
- promover a conservação dos recursos naturais no interior da RESEX Chico Mendes e cooperar para a conservação desses recursos em seu entorno;
- fomentar a valorização das manifestações culturais das populações tradicionais residentes na RESEX Chico Mendes;
- agregar apoio político e institucional para promover a gestão e o planejamento da RESEX Chico Mendes, de forma participativa e propositiva, envolvendo as diversas organizações da sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público;
- garantir o cumprimento do Plano de Uso da RESEX Chico Mendes;
- garantir a transparência da gestão e das decisões que afetam a RESEX Chico Mendes;
- orientar acompanhar e deliberar sobre o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas a RESEX de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;
- acompanhar e apoiar, quando for o caso, as ações desenvolvidas pelas organizações que compõe o Conselho que forem de interesse e benefício da RESEX, com o objetivo de efetivar a auto-gestão da Reserva.

4.2 Plano de Utilização da Resex Chico Mendes

No início da década de 1990 foi elaborado o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, sendo apropriado pelas comunidades como um acordo de convivência. Esse Plano foi aprovado conforme Portaria da Presidência do IBAMA nº 28-N, de 18 de abril 1995.

O Plano de Utilização foi revisto no decorrer do ano de 2006, sendo reformuladas e incorporadas novas normas de uso, surgidas a partir da diversificação de atividades de manejo dos recursos naturais, aumento populacional e ações migratórias dentro da Unidade. A seguir segue a versão revisada do referido Plano de Utilização que, a partir

deste momento, integra-se ao Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, substituindo a redação anterior.

4.2.1 Plano de Utilização

FINALIDADES

- 1 O objetivo deste Plano é assegurar a conservação da Reserva Extrativista Chico Mendes mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais por parte de seus moradores através da determinação dos comportamentos a serem seguidos.
- 2 É finalidade deste Plano apresentar a relação de condutas tradicionais que não destroem o meio ambiente e que estão incorporadas à cultura dos moradores, bem como, as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira sobre o meio ambiente.
- 3 O Plano de Utilização deve ser um guia para que os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes tirem seu sustento da Reserva, mas se comprometam em conservá-la para seus filhos, netos e gerações futuras.
- 4 O Plano de Utilização servirá ainda como um guia para as ações do IBAMA dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.
- 5 Além disso, é objetivo deste Plano ser instrumento legal frente aos órgãos da administração pública e judiciais para que as normas de Utilização da Reserva aqui estabelecidas sejam respeitadas e cumpridas.
- 6 É finalidade deste Plano definir as responsabilidades e competências de cada um na Reserva Extrativista Chico Mendes.
- 7 Tendo sido um documento aprovado pelos moradores e representantes de moradores, é finalidade deste Plano assegurar que sendo a Reserva uma Unidade de Conservação Nacional, suas normas de Utilização se referem aos limites territoriais estabelecidos em seu Plano de Manejo.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

- 8 Todos os moradores, núcleos de base, associações de moradores e produtores, o IBAMA e todas as organizações que compõe o Conselho Deliberativo da Reserva são responsáveis pela execução deste Plano de Utilização.
- 9 Os moradores, núcleos de base e Associações de Moradores são responsáveis pela execução deste Plano de Utilização como autores e responsáveis na gestão da Reserva, que possui seus moradores como únicos beneficiários da mesma.
- 10 A Reserva Extrativista Chico Mendes é de domínio público e todos os seus moradores possuem o direito de uso sendo a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais reguladas pelo contrato de concessão de uso.
- 11 De acordo com o Parágrafo Primeiro do Art. 23 da Lei 9985/2000 (SNUC) “os moradores devem participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção das Reservas Extrativistas”.

- 12 O IBAMA é responsável pela administração da Reserva e a gestão compartilhada juntamente com o Conselho Deliberativo, as Associações de Moradores e Produtores e núcleos de base. O IBAMA é o órgão gestor da Reserva sendo responsável pela execução do Plano de Utilização, assim como pelo monitoramento e fiscalização.
- 13 Todas as organizações e Instituições que participam do Conselho Deliberativo da Reserva são responsáveis pela aplicação e cumprimento do Plano de Utilização e devem atuar de forma direta de acordo com suas competências e responsabilidades regionais através da implantação de projetos e políticas públicas respeitando-se sempre os Planos e Programas contidos no Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes.

INTERVENÇÕES EXTRATIVISTAS E AGRO-PASTORIS

- 14 Cada família só poderá ter uma colocação. É considerada uma colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa de no mínimo 200 hectares. Cada estrada de seringa deve ter no mínimo 100 árvores de seringa.
- 15 É proibido, a partir da homologação deste documento, usar estradas de outras colocações caso não exista um acordo entre os moradores. As estradas devem pertencer às respectivas colocações. Não deve haver empréstimos de estradas entre moradores da Reserva.
- 16 É responsabilidade dos extrativistas zelar por suas estradas de seringa, castanheira ou outras estradas que possui em sua colocação e áreas de uso comum, como ramais e varadouros.
- 17 No caso da ocupação de colocações abandonadas deve ser dada a preferência para que a ocupação seja prioritariamente por parte dos filhos de moradores que já compuseram família e que mantém a condição de extrativista. Para que a colocação seja considerada abandonada, deverá ser ouvida a Associação.
- 18 Por ser de domínio público e ter seu uso concedido, é proibido o loteamento e venda das colocações existentes na Reserva.
- 19 A transferência de uma colocação deve ser aprovada pela comunidade, com registro em ata na presença da Associação de Moradores e Produtores, IBAMA e outros parceiros do Conselho Deliberativo. No caso de vendas ilegais de parte da colocação, o negócio deve ser desfeito para a recomposição da colocação.
- 20 Caso o morador queira sair da Reserva, a venda da benfeitoria só poderá ser feita para outro extrativista. No caso de venda ilegal o morador poderá ser expulso da reserva sem direito algum.
- 21 O uso do fogo deve ser evitado ao máximo pelos moradores que, em caso de necessidade extrema, deverão tomar todos os cuidados, sempre aguardando as primeiras chuvas. Deverão fazer aceiros de no mínimo 2 metros e organizar mutirão que permaneça no local até que se tenha certeza que o fogo está completamente apagado, sendo o controle do fogo de responsabilidade do morador da colocação.
- 22 As seringueiras e castanheiras não podem ser derrubadas. São proibidas as derrubadas e queimadas que ameacem a sobrevivência das seringueiras e castanheiras.

- 23 Obedecendo ao artigo 2º do Código Florestal Brasileiro, não podem ser desmatadas as Áreas de Preservação Permanente entendidas estas como a vegetação localizadas as margens dos rios, igarapés, lagos, nascentes.
- 24 O uso de estradas de seringa será feito conforme as práticas tradicionais obedecendo o limite de 50 dias anuais de corte por estrada e de dois dias semanais por estrada, sendo proibido cortar danificando lenho (no pau) e devendo ser empregado o sistema de corte “pela banda” ou “pelo terço” para a divisão das bandeiras e a colocação das tigelas, até que surjam técnicas mais apropriadas.
- 25 Os moradores da Reserva poderão extrair madeira para uso próprio e somente no interior da Unidade, tais como construções dentro da Reserva, barcos, móveis e instrumentos de trabalho. Não poderão ser usadas madeiras da seringueira, castanheira, copaíba, andiroba, mogno e outras madeiras protegidas por lei.
- 26 Para que haja comercialização de madeira por parte dos moradores da Reserva é obrigatório o Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFSComunitário, aprovado pelo IBAMA com anuência do Conselho Deliberativo. O Plano de Manejo Madeireiro Sustentável deve definir todas as especificações técnicas de uso, beneficiamento e saída de madeira e produtos madeireiros da Reserva.
- 27 De acordo com SNUC, Art.18 “A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista”.
- 28 É permitido o uso de palmeiras por parte dos moradores para a cobertura de suas casas, bem como a coleta de seus frutos, folhas, e sementes. Fica autorizado o corte para a construção de casas e instalações conforme a tradição local.
- 29 A comercialização de frutos, folhas, palhas, sementes e outros produtos que impliquem em derrubada das palmeiras, tal como palmito, só poderá ocorrer com capacidade de produção sustentável determinada por Plano de Manejo sustentável, aprovado pelo IBAMA e pelo Conselho Deliberativo da Reserva. O Plano de Manejo e uso de palmeiras deve ser desenvolvido em parceria e com o acompanhamento das Associações de Moradores e Produtores, núcleos de base, sindicatos e IBAMA.
- 30 Além das atividades extrativistas, os moradores da Reserva poderão realizar atividades complementares, tais como agricultura, criação de pequenos animais, peixes e atividades agro-florestais.
- 31 As atividades complementares poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação sendo que o tamanho máximo destinado às atividades complementares não poderá ultrapassar 30 hectares por colocação.
- 32 Após zoneamento específico de áreas sem recursos extrativistas em potencial, poderá ser estendida o limite de 20% da colocação para atividades complementares, não podendo ultrapassar 40 ha, sendo esta decisão condicionada a apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.
- 33 O desmatamento para a realização das atividades complementares só será permitido através de licença obtida junto ao IBAMA e devem ser observados os limites de dois hectares por ano, sendo permitida em áreas de mata secundária (capoeira). A abertura de mata bruta só poderá ser feita após esgotar todas as possibilidades de uso de outras

áreas e está condicionada a aprovação pelo IBAMA, encaminhada pelas associações de base.

- 34 As atividades complementares previstas no Plano de Utilização poderão ter regulamentações mais específicas de acordo com o zoneamento da Reserva determinado no Plano de Manejo da Unidade, devendo o mesmo ser construído de forma participativa.
- 35 A criação de animais, como porcos, gado e ovelhas, não pode ser feita em áreas de igarapé ou fonte de água e deve ser feita por comum acordo dos moradores da vizinhança, ficando sempre por conta do criador a construção de cercas, chiqueiros e corredores para a passagem das pessoas em segurança de ataques de animais. Fica proibido fazer pastagens ou criar animais na beira de ramais.
- 36 A criação de grandes animais, como o gado, será permitida até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares.
- 37 Fica estabelecido, para efeito de benfeitoria, que as áreas de pastagens terão valor menor se comparadas a outras benfeitorias como, por exemplo, sistemas agroflorestais. Esses valores serão ainda fixados após estudo técnico que poderá contar com o apoio de universidades e instituições de pesquisa.

NOVAS INTERVENÇÕES NA FLORESTA

- 38 Produtos da floresta como: frutos, cipós, raízes, cascas, folhas, sementes, plantas medicinais óleos e essências; poderão ser extraídos para consumo pelos moradores, e sua comercialização só poderá ser feita mediante Plano de Manejo comunitário que assegure a capacidade de produção sustentável aprovado pelo IBAMA e pelo Conselho Deliberativo da Reserva.
- 39 As sementes e produtos da floresta podem ser utilizados em pequena escala pelos moradores para a fabricação de artesanato, sendo utilizado como renda complementar.

INTERVENÇÕES NA FAUNA

- 40 Os moradores da Reserva têm o direito de pescar (mariscar) para sua alimentação, sendo proibido pescar na época da desova dos peixes. Além disso, é proibida a pesca de espécies de peixe que se encontrarem em risco de extinção.
- 41 Não é permitido aos moradores convidar pessoas que moram fora da Reserva para essas atividades. Além disso, os moradores não podem presentear amigos moram fora da Reserva com peixes ou carne de caça tirada da Reserva.
- 42 Na atividade de pesca é proibido aos moradores da Reserva a utilização de explosivos, venenos e arrastão para pesca nas áreas da Reserva.
- 43 A criação de peixes para comercialização só será permitida se criados em açudes artificiais e tanques redes e com autorização do IBAMA.
- 44 Os moradores podem caçar para sua própria alimentação respeitando as espécies que estão em extinção.
- 45 São proibidas a pesca profissional e a caça com o uso de armadilhas e cachorros no interior e no entorno da Reserva de acordo com determinação em seu Plano de Manejo.

- 46 Fica proibida a criação de cachorros do tipo americano no interior da Reserva, sendo que o morador que desrespeitar essa proibição será advertido por escrito, tendo 30 dias para retirar os cachorros.

INTERVENÇÕES NAS ÁREAS DE USO COMUM

- 47 Os rios, lagos, igarapé, nascentes, varadouros, praias e barrancos da Reserva e do entorno definido no Plano de Manejo da Reserva são áreas de uso comum na Reserva, respeitando-se a tradição dos moradores, sendo proibido o desmatamento. Casos essas áreas estejam desmatadas, as mesmas deverão se reflorestadas ou deverão ser abandonadas para regeneração.
- 48 A construção de açudes, ramais e outras obras que gerem impactos só poderão ser realizadas após estudos que as aprovelem e, sejam, aprovadas também pelas comunidades envolvidas, dependendo da autorização do IBAMA. Os ramais que forem abertos deverão ser controlados pelas comunidades e Associações.

FISCALIZAÇÃO DA RESERVA

- 49 Cada morador é colaborador para fazer cumprir as normas de em sua colocação, cabendo a ele não só zelar por sua colocação, como também observar para que as normas deste Plano de Utilização estejam sendo cumpridas pelo conjunto dos moradores.
- 50 A fiscalização da Reserva é responsabilidade do IBAMA, que deverá contar com o apoio das Associações de Moradores e Produtores existentes na Reserva.
- 51 Caso haja a invasão ou ocupação sem autorização de colocações abandonadas o fato deve ser comunicado às associações de moradores para que entrem em contato com o Ibama visando que sejam tomadas as devidas providências legais.

PENALIDADES

- 52 O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra do compromisso do Direito de Uso da Reserva por parte dos moradores, de modo a conservá-la para os filhos e netos, tal como a receberam, e poderá resultar na perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas neste Plano de Utilização.
- 53 Quando houver uma infração ao Plano de Utilização, o morador extrativista estará sujeito às penalidades previstas neste Plano e na Lei de Crimes Ambientais.
- 54 Se for identificada alguma infração a esse Plano de Utilização, o morador será inicialmente advertido por escrito pela Associação ou pelo IBAMA. Na reincidência ou em caso de crimes graves, o caso deverá ser encaminhado ao Conselho Deliberativo para que sejam tomadas as devidas providências, podendo o morador perder o direito de uso da sua colocação na Reserva Extrativista Chico Mendes.
- 55 O plano de utilização e o plano de manejo da unidade representam documentos que estabelecem acordos entre os moradores da Reserva e deve ser analisado perante o ministério público em processos legais que tratam do uso da Reserva.
- 56 O morador que não respeitar este documento, bem como o termo de concessão de uso, as normas ambientais e de ordem social, poderá ser excluído da Reserva e perder o direito de uso, moradia e deverá desocupar a sua colocação.

- 57 As infrações referentes ao Plano de Utilização poderão ter penalidades diferentes a serem definidas pelo Conselho Deliberativo da Reserva.
- 58 De acordo com o previsto neste Plano, morador extrativista ou posseiro que descumprir o limite de 01 colocação perderá o direito de uso da área ficando a critério da associação a destinação excedente.
- 59 De acordo com o previsto neste Plano, os moradores cuja colocação possui atividades complementares em área acima dos 10%, será responsável por reflorestar as áreas desmatadas acima destes limites.
- 60 De acordo com o previsto neste Plano, os moradores cuja colocação possui criação de gado em área acima dos 50% da área destinada a atividades complementares, terão que se adequar ao que está previsto e serão responsáveis, contando com o apoio técnico através das associações, pelo reflorestamento da área desmatada acima dos limites permitidos.
- 61 O morador extrativista que tiver perdido o direito de uso não poderá requerer outra colocação na mesma Unidade.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- 62 Por ser um guia da Reserva Extrativista Chico Mendes, o Plano de Utilização deve ser amplamente divulgado entre todos os moradores para que seja conhecido em todos os seringais da Reserva.
- 63 A divulgação do Plano entre todos os moradores da Reserva deverá ser feita através de reuniões realizadas nas comunidades pelas Associações de Moradores e Produtores, sindicatos, cooperativas, Conselho Nacional dos Seringueiros e instituições que atuam na Reserva. A divulgação poderá ser feita também através de rádios.
- 64 Este Plano de Utilização deverá ser divulgado junto às autoridades da administração pública e judiciais para que as normas de Utilização da Reserva sejam respeitadas e cumpridas legalmente.
- 65 Poderá haver normas mais específicas para determinadas áreas da Reserva respeitando-se Zoneamento da Unidade determinado no Plano de Manejo.
- 66 As Associações de Moradores e Produtores de Reserva deverão observar o Plano de Utilização e deverão ser parceiras do IBAMA no processo de administração da Reserva. Esta função estará contida nos estatutos das Associações.
- 67 Quando um seringueiro extrativista solicitar a transferência ou troca de sua colocação por outra, a transação só poderá ser efetuada após aprovação da comunidade e desde que aquela colocação esteja bem cuidada (estradas limpas, recursos ambientais conservados). Deve-se fazer o registro em ata comunitária.
- 68 Fica proibida a ocupação de colocações e utilização de residências por pessoas não extrativistas, salvo pessoas que comprovadamente prestem serviço a comunidade.
- 69 É proibida, a exploração comercial e uso em grande escala pelos próprios moradores da Reserva dos recursos do solo e subsolo, tais como areia, minérios e outros, salvo a piçarra para uso local.

- 70 A pesquisa, fotografia, filmagem e coleta de material físico em geral e genético no interior da Reserva, só poderão ser realizadas mediante autorização expressa do IBAMA, após ouvir a Associação e as comunidades onde as atividades serão realizadas e conselho deliberativo. O pesquisador deverá portar a autorização por escrito e deverá apresentar aos responsáveis das comunidades pesquisadas. As pesquisas devem ter a participação da comunidade, e todas as atividades devem ser devidamente divulgadas.
- 71 Os resultados das pesquisas deverão ser apresentados para as comunidades. Além disso, se a pesquisa gerar algum tipo de recurso financeiro, a repartição de benefícios deve ser feita para a Associação de Moradores e Produtores e as comunidades envolvidas.
- 72 Fica proibida a comercialização de bebidas alcoólicas no interior da Reserva.
- 73 Para acesso de pessoas estranhas a Resex e utilização de ramais serão elaborados critérios pelas comunidades locais, associações, Conselho Deliberativo e IBAMA.
- 74 As disposições constantes nesse plano se aplicam também aos não residentes da Resex Chico Mendes, quando ingressarem na Unidade por qualquer objetivo.
- 75 As propostas de alteração deste Plano deverão ser levantadas em reuniões a serem realizadas nas comunidades da Reserva. As propostas levantadas deverão ser organizadas e encaminhadas pelas Associações de Moradores e Produtores, sindicatos, cooperativas e Conselho Nacional dos Seringueiros ao IBAMA e ao Conselho Deliberativo. O Ibama também poderá propor alterações ao Plano de Utilização.
- 76 O Conselho Deliberativo poderá aprovar alterações no texto do Plano de Utilização contanto que estas tenham sido encaminhadas pelos núcleos de base e associações de moradores e produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes com participação de no mínimo 10 % das famílias por município.

4.3 Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso foi assinado em 21 de novembro de 2002 entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e as associações AMOPREX, AMOPREB e AMOPREAB, denominadas Concessionárias. A concessão de direito real de uso tem por finalidade exclusiva a exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis do imóvel denominado RESEX Chico Mendes, com área de 970.570 ha, por populações com tradição extrativista, de acordo com o § 1º do art. 18 da Lei N° 9985, de 18 de julho de 2000 e o seu Plano de Utilização.

Em sua cláusula segunda, parágrafo segundo, define: “As Concessionárias, por meio dos moradores que representam, se obrigam a conservar e fiscalizar a Reserva concedida, permitindo o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis com vistas à melhoria da qualidade de vida dos sócios e suas famílias, na extensão máxima da

Reserva, bem assim o acesso ao crédito e demais serviços indispensáveis ao progresso social e econômico dos seus associados. Em seu parágrafo terceiro estipula que “as concessionárias, representando seus moradores, se obrigam a conservar o ecossistema florestal para as gerações atuais e futuras”.

Em seu parágrafo oitavo, da mesma cláusula segunda, determina: “As Concessionárias se comprometem a bem e fielmente executar o Plano de Utilização e a cumprir as obrigações decorrentes deste Contrato, bem como, o Plano de Manejo após aprovado e normas ambientais vigentes, assim como a recuperar e/ou preservar o meio ambiente e os recursos naturais renováveis”.

O prazo de vigência da Concessão é de 30 anos, contados da data de assinatura do contrato (21/11/2002), admitida a sua prorrogação por igual período e nas mesmas condições, bastando para tanto que as partes se manifestem, por escrito, com antecedência mínima de cinco meses do término do atual prazo ou de cada prorrogação (cláusula sexta).

A rescisão contratual se dará conforme cláusula terceira: “Dissolver-se-á este contrato, antes de seu termo, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, se as Concessionárias em conjunto ou individualmente descumprir qualquer cláusula contratual, especialmente se der destinação do imóvel de sua jurisdição diversa do ajustado, ou desprezitar o Plano de Utilização da Reserva, não cabendo às Concessionárias indenização ou ressarcimento algum, em ocorrendo inadimplemento de qualquer obrigação pelas mesmas assumidas”.

4.4 Zoneamento

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC, entende como zoneamento: “definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”

Este zoneamento apresenta as diferentes formas de uso do solo na Reserva Extrativista Chico Mendes e zona de amortecimento, de maneira a fornecer subsídios para o ordenamento, uso e conservação dos recursos naturais, bem como, para minimizar os impactos resultantes das ações antrópicas na Unidade.

4.4.1 Áreas de uso restrito

A) Zona primitiva

Definição: Áreas pouco alteradas que mantêm no todo as características da vegetação original, podendo funcionar como refúgio da vida silvestre, fornecimento de propágulos e reprodução da fauna.

Normas de uso: Nestas áreas o acesso e a intervenção na bióta (flora e fauna) devem ser restrito à pesquisas científicas, desde que devidamente autorizados pelo IBAMA e Conselho Deliberativo da Resex. Os moradores podem acessar estas áreas somente em casos de urgência ou necessidades especiais (deslocamentos, fiscalização, combate a incêndios florestais e outros definidos pelo Conselho Deliberativo).

Localização: Esta zona subdivide-se em 4 áreas localizadas nas regiões norte e oeste da Resex. A delimitação final será realizada após a conclusão do cadastro de moradores da Resex Chico Mendes e caracterização ambiental destas áreas.

Área 1 – localizada nos Seringais Nova Olinda e Tabatinga/Santana, tendo como ponto central as coordenadas: longitude 69°06'47.592"W e latitude 10°22'18.336"S

Área 2 – localizada no Seringal Tabatinga/Santana, tendo como ponto central as coordenadas: longitude 69°20'38.580"W e latitude 10°19'50.952"S

Área 3 – localizada nos Seringais Amapá e Tabatinga/Santana, tendo como ponto central as coordenadas: longitude 69°26'59.892"W e latitude 10°22'42.960"S

Área 4 – localizada nos Seringais Icuriã e Petrópolis, tendo como ponto central as coordenadas: longitude 69°44'50.352W e latitude 10°35'35.592"S

4.4.2 Áreas de uso ampliado

A) Zona populacional

Definição: Áreas antropizadas dentro dos limites de cada colocação, onde os moradores instalam toda a infra-estrutura necessária ao seu bem estar e desenvolvem principalmente atividades agrícolas e de criação de animais.

Normas de uso: Nestas áreas, está prevista a instalação de toda a infra-estrutura da colocação, ou seja, a casa, paiol, casa-de-farinha, barracão e armazéns. Além destas podem ser instaladas outros tipos de infra-estrutura como centros de pesquisa, alojamentos,

refeitórios, dentre outros para atendimento a visitantes, pesquisadores, servidores públicos e turistas. Para a implantação de outras formas de uso do solo como a agricultura e criação de animais, devem ser observadas as características do solo e relevo, bem como, a adoção de práticas conservacionistas, de maneira a evitar processos erosivos ou outros danos ambientais significativos ao local.

Localização: Estão distribuídas em toda a Reserva. A dimensão e a localização destas áreas em cada colocação deve estar de acordo com as normas contidas no Plano de Utilização da Unidade.

B) Zona de Manejo Florestal de Uso Múltiplo

Definição: Áreas manejadas pelos moradores situadas em cada colocação de seringa onde atualmente são realizadas todas as atividades extrativistas tradicionais, o manejo florestal de produtos não madeireiros e madeireiros. A infra-estrutura nestes locais limita-se a propiciar o escoamento da produção florestal, como estradas de seringa, piques de castanha, ramal de acesso e varadouros.

Normas de uso: Os moradores podem utilizar estas áreas para a extração de produtos florestais não madeireiros e madeireiros, caça e pesca de subsistência, manejo de fauna, respeitando as normas contidas no Plano de Utilização da Unidade. A exploração de produtos madeireiros com a finalidade de comercialização será autorizada somente mediante aprovação de Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário –PMFSComunitário junto ao IBAMA e com anuência do Conselho Deliberativo da Unidade.

O acesso de pessoas que não sejam moradores ou funcionários do IBAMA (visitantes, pesquisadores, outros) será autorizada após consulta às Associações e ao IBAMA.

Localização: Estão distribuídas em toda a Reserva. A dimensão e a localização destas áreas em cada colocação deve estar de acordo com as normas contidas no Plano de Utilização da Unidade.

C) Zona de Uso Comunitária

Definição: Estão contempladas nesta Zona todas as áreas de uso comunitário definidas no item 44 Plano de Utilização. Englobam os rios, lagos, varadouros, praias e barrancos localizados na Reserva.

Normas de uso: Essas áreas de uso comum deverão ser mantidas e conservadas pela comunidade, sendo proibido o desmatamento e a utilização de roçados nas margens dos cursos de água e varadouros. A construção de açudes, ramais e outras obras que gerem impactos só poderão ser realizados após estudos técnicos que comprovem a sua viabilidade. Estas obras também devem ser aprovadas pelas comunidades envolvidas. Os ramais que forem abertos deverão ser controlados e mantidos pelas comunidades e Associações.

Localização: Estão distribuídas em diferentes áreas da Reserva Extrativista, como às margens dos rios Iaco, Xapuri e Acre, nos principais ramais de circulação de veículos dentro da Reserva e nas vias de acesso utilizado pelos moradores onde o transporte é realizado a pé ou com auxílio de animais, ou seja, os varadouros.

D) Zona de Recuperação

Definição: Áreas degradadas por ações antrópicas ou naturais, como queimadas, desmatamento, descaracterização ou alteração da vegetação nativa, onde se deve promover a recuperação da paisagem.

Normas de uso: Nestas áreas devem ser promovidas ações de recuperação ambiental, como a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), reflorestamento com espécies nativas (incluindo frutíferas) ou outras técnicas que visem a recomposição da vegetação nativa.

Localização: São consideradas como áreas prioritárias para recuperação as margens dos corpos d'água, áreas alagadas, áreas com declividade acentuada, pastagens abandonadas, locais de ocorrência de incêndios florestais e parte das áreas das colocações onde a supressão da vegetação excedeu os limites estabelecidos pelo Plano de Utilização da Unidade. As medidas que visam a recuperação ambiental podem ocorrer a qualquer tempo e em qualquer uma das zonas de uso da Unidade.

E) Zona de Amortecimento (ZA)

Definição: Área no entorno da Reserva Chico Mendes onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade.

Normas de uso: As atividades desenvolvidas nesta área devem ser monitoradas pelo IBAMA de maneira a evitar incidentes que possam acarretar danos ambientais

significativos a Unidade. O licenciamento ambiental de novos empreendimentos somente será realizado mediante prévia manifestação do IBAMA, órgão responsável pela administração da Resex Chico Mendes. Devem ser planejadas e executadas atividades de monitoramento, fiscalização e educação ambiental junto aos ocupantes desta Zona.

O IBAMA deve estabelecer normas e restrições específicas para aquelas atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais, previstas na Resolução Conama n° 378/06 e demais legislações pertinentes.

Localização: Situa-se ao longo de todo o entorno da Resex. Em algumas regiões o limite desta Zona se iguala ao limite da área de entorno da Unidade, ou seja, na faixa de 10 km. Em outras regiões a zona de amortecimento foi ampliada de forma a englobar as cabeceiras dos principais igarapés que convergem para dentro da Resex. Na região sul da Unidade onde a área de entorno for inferior a divisa com a BR-317 a Zona de Amortecimento se estenderá até o limite com a BR-317, conforme mapa do zoneamento que faz parte deste documento.

Atualmente a área mais impactada no entorno da Resex é a região sul da Unidade, entre os municípios de Rio Branco e Assis Brasil. Esta região engloba a grande parte das áreas desmatadas do Estado do Acre, utilizadas para a implantação de empreendimentos agropecuários. Além deste, a construção da BR-317, a abertura de áreas de florestas para a implantação de ramais no sentido BR-317 – Resex e a implantação de diversos Planos de Manejo Florestal Empresariais são os principais agentes causadores de impacto na região. Outra área passível de sofrer impactos negativos em um curto período de tempo situa-se a leste da Unidade, devido à proximidade com a área urbana de Rio Branco e assentamentos de reforma agrária do INCRA.

Observações: O Zoneamento da Reserva poderá ser modificado sempre que forem observadas alterações significativas nas características ambientais ou quando novas informações técnicas e científicas subsidiem uma melhor delimitação das áreas. Uma área (zona) considerada mais preservada não poderá ser enquadrada (rebaixada) para outra considerada menos preservada (mais impactada), a não ser que novas condições de uso assim exigirem. Estas alterações deverão ser submetidas à análise e aprovação pelo Conselho Deliberativo da Unidade e IBAMA.

Para melhor definição do zoneamento da Unidade, recomenda-se que sejam elaborados zoneamentos específicos nos diferentes seringais que compõe a área territorial da Resex Chico Mendes.

Este zoneamento deverá ser revisto no prazo de três anos em função da dinâmica populacional no interior da Unidade ou estudos técnicos que venham a comprovar alterações significativas nas características ambientais.

5 CENÁRIOS

A avaliação das ameaças internas e externas da RESEX Chico Mendes fornece elementos para definir possíveis cenários para o futuro desta Unidade de Conservação. Podemos identificar quatro cenários distintos, apresentados a seguir, conforme estratégias gerais de manejo: 1º - Permanecer no cenário atual; 2º - Manejo de Uso Múltiplo Não Madeireiro; 3º - Implementação de políticas de incentivo ao extrativismo de borracha, castanha do Brasil e prestação de serviços ambientais; 4º - Manejo Florestal Madeireiro.

5.1 Primeiro Cenário – Permanecer no cenário atual

Esse cenário visa principalmente contribuir com o contexto e avaliação das demais estratégias descritas a seguir. Nesse cenário, o sistema produtivo da RESEX Chico Mendes continuaria praticamente na escala atual de produção. A grande maioria da população continua dependendo economicamente da coleta de castanha, em parte do extrativismo de borracha, criação de gado e da agricultura de subsistência.

Vantagens: essa estratégia se sustenta pelo fato de ocorrer mesmo se não houver investimentos significativos na Resex.

Desvantagens: oferece pouca ou nenhuma solução para aumentar a renda e a qualidade de vida da população. Com o crescimento populacional a pressão sobre os recursos naturais aumentará significativamente e como consequência a taxa de conversão de florestas para incremento da agricultura e pecuária também devem aumentar.

Nesse cenário a perspectiva é o declínio progressivo da produtividade dos recursos naturais e das condições ambientais, e, conseqüentemente, da renda e qualidade de vida das famílias. Este é o cenário mais provável se não houver esforço para ordenar o acesso e uso da terra, com mudança do perfil da economia familiar de uma tendência de

pecuarização e agricultura de corte e queima para uma economia baseada no manejo e na comercialização de produtos florestais.

5.2 Segundo Cenário – Manejo Florestal Não Madeireiro de Uso Múltiplo

Para esse cenário, seriam implementados projetos de manejo florestal de uso múltiplo de produtos não madeireiros em diversas localidades da Reserva. A partir dessas ações seriam comercializados, além dos produtos tradicionais da RESEX como borracha e castanha, artesanato de sementes florestais, óleos, resinas, plantas medicinais, mel, carne e artigos de fauna manejada entre outros.

Vantagens: Trata-se de uma das atividades de maior potencial econômico na Reserva, dada a imensa biodiversidade existente. Atualmente são poucas às comunidades que desenvolvem atividades desse tipo, com um reduzido número de espécies utilizadas (entre elas copaíba, açaí, sementes florestais, unha de gato e jatobá).

Desvantagens: Para haver exploração em escala comercial, a atividade depende ainda de realização de pesquisas como levantamentos florísticos, levantamentos ecológicos das espécies e estudos de mercados criteriosos. Além disso, as dificuldades de padronização da produção em grande escala e de transporte tornam a cadeia produtiva de não-madeireiros complexa.

A produção de artesanato de sementes florestais seria uma importante alternativa para o aumento da renda familiar, tendo um forte componente social com o envolvimento das mulheres na atividade. Porém, depende de aptidão da população e investimento em treinamento de mão de obra e apoio a comercialização.

Nesse cenário a perspectiva é a melhoria da qualidade de vida das famílias, com a valorização dos recursos naturais numa perspectiva sistêmica, haja vista que o manejo florestal de uso múltiplo se baseia em dois princípios fundamentais: o primeiro é que quanto maior for o número de espécies manejadas, e, portanto, favorecidas pelas boas práticas de manejo, menor é a chance da floresta manejada se distinguir da floresta original. O segundo princípio é que quanto maior for o número de espécies manejadas, de menor intensidade será a exploração de cada uma delas a fim de tornar a exploração economicamente viável, e, portanto, será menor a possibilidade de se quebrar alguma relação ecológica importante.

5.3 Terceiro Cenário – Implementação de políticas públicas de incentivos ao extrativismo da borracha e castanha-do-Brasil e prestação de serviços ambientais

Nesse cenário, a Reserva adotaria uma estratégia de investimentos com incentivos para o aumento da produção tradicional de borracha e castanha do Brasil, com melhoria da qualidade dos produtos.

Vantagens: A economia do estado do Acre sempre teve como principal base o extrativismo vegetal, com extração de látex e a coleta de castanha do Brasil. Podemos destacar que até a década de 80 a produção de borracha representava mais de 65% do ICMS do Estado do Acre. A produção de borracha é apontada como de suma importância por mais de 90% da população da RESEX.

Os subsídios por parte do governo estadual (Lei Chico Mendes) e do governo federal para a produção de borracha, a implantação de uma usina de produção de preservativos a partir do látex e a implantação de duas usinas de beneficiamento de castanha do Brasil na região têm estimulado o aumento da produção destes dois produtos extrativistas nos últimos anos. Entretanto, esses incentivos ainda não alcançaram toda a extensão da Reserva, havendo a necessidade em se aumentar o número de famílias beneficiadas.

É válido destacar que o incentivo à produção extrativista de látex e castanha do Brasil está diretamente associado à redução dos índices de desmatamento contribuindo para a prestação de diversos tipos de serviços ambientais. A partir da ratificação do protocolo de Kyoto, com vista a reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera, os mercados de crédito de carbono surgem como uma nova possibilidade de incentivo à prestação de serviços ambientais. Nesse sentido, a Reserva possui um grande potencial para ingressar em mercados de venda de carbono e de serviços ambientais em geral.

Desvantagens: A economia baseada no extrativismo de borracha e coleta de castanha do Brasil apresenta uma fragilidade decorrente da desestruturação do sistema tradicional de produção, a falta de preços e de mercados que estimulem o beneficiamento ou a industrialização na região, bem como a falta de tecnologias adaptadas e direcionadas ao setor.

A produção de látex e de castanha do Brasil em mais de 98% na Reserva Chico Mendes provém do extrativismo. As iniciativas de instituições governamentais e não-

governamentais em diversificar a produção e implantação de seringa plantada em sistemas agroflorestais, ilhas de alta produtividade e outros sistemas produtivos ainda não alcançaram o resultado desejado.

Nesse cenário, o panorama ainda é desfavorável, com a necessidade de maiores incentivos governamentais, principalmente ações voltadas ao crédito, fomento à conservação e assessoria técnica.

5.4 Quarto Cenário – Manejo Florestal Madeireiro

Neste último cenário a estratégia de investimento tem como base a implantação de Planos de Manejo Florestal Madeireiro Comunitários, bem como a implantação de uma estratégia que vise agregação de valor aos produtos madeireiros extraídos da Resex.

Vantagens: A madeira é um dos recursos naturais com maior potencial de manejo dentro da Resex, pois ocorre em abundância e em toda a extensão desta Unidade. Se a estratégia for direcionada ao manejo florestal madeireiro comunitário, este poderá ser implementado em larga escala na Resex - do ponto de vista de famílias beneficiadas e área total manejada - e com baixa intensidade de exploração, ou seja, entre 10 e 15 m³ de madeira explorada por hectare de floresta manejada.

As duas Associações que possuem um PMFS-Comunitário na Resex contam atualmente com assessoria técnica do Serviço de Extensão Florestal do Estado do Acre (SEATER). O PMFS tem que ser obrigatoriamente licenciado junto ao IBAMA que se encarregará do seu monitoramento.

Os manejadores envolvidos na proposta integram a Cooperativa dos Produtores Comunitários Florestais do Acre, a Coopfloresta, que tem como estratégia a comercialização de madeira produzida nas florestas comunitárias de forma certificada e beneficiada, ou seja, com aumento substancial no valor final do produto. Atualmente toda a produção de madeira comercializada via cooperativa é beneficiada em uma serraria terceirizada, mas os cooperados têm ainda a opção em comercializar a madeira sob a forma de toras ou blocos. Estas duas últimas opções acarretam em menor custo de produção e menor tempo de retorno financeiro aos produtores, porém, agrega menor valor ao produto final. Os preços médios alcançados na safra de 2006 foram de R\$ 825,00 por m³ de madeira serrada, R\$ 670,00 por m³ de madeira em bloco e R\$ 202,00 por m³ para madeira em tora.

As áreas em processo de manejo pelas famílias na Resex Chico Mendes estão numa fase em que o processo de certificação florestal está praticamente concluído e a perspectiva é que com a aprovação do Plano de Manejo da Unidade o FSC conceda o selo às Associações envolvidas com a proposta.

Considerando a implementação do manejo florestal madeireiro faz-se necessário investimento financeiro e tecnológico para capitalizar as Associações de Moradores e Produtores que irão gerir grande parte da cadeia produtiva, além da garantia de infraestrutura, equipamentos, melhoria de ramais dentre outros. O Pro-Florestania, programa criado pelo governo do Estado destina um financiamento no valor máximo de até R\$ 9.600,00 por família extrativista para atender a elaboração do plano de manejo florestal.

Desvantagens: A atividade madeireira em escala comercial realizada pelas comunidades tradicionais da Amazônia tem sido apontada como a grande alternativa para a manutenção das florestas sociais. Porém, os resultados alcançados até o momento não têm demonstrado o sucesso esperado, e, indicam que só serão alcançados em médio e longo prazo e desde que seja realizado maciço investimento na formação de recursos humanos e gerenciais. É válido lembrar que, apesar do altíssimo valor do recurso madeireiro ali disponível, o aproveitamento desse potencial, em escala comercial, é bastante complexo devido à falta de recursos financeiros, a falta de infra-estrutura na Resex, (ramais trafegáveis) dentre outros que comprometem a competitividade frente ao mercado. A captação desses recursos pelas Associações é fator limitante para as Associações de Moradores e Produtores da RESEX reduzindo o impacto dessa estratégia no desenvolvimento e geração de renda e emprego.

As experiências em atividade de exploração madeireira em Unidades de Conservação são relativamente novas, com observância de impactos sócio-ambientais significativos em áreas já sujeitas ao manejo madeireiro, ainda que na modalidade comunitária. Poucas famílias são incluídas nos projetos, o que causa desagregação social. Por outro lado, a exploração madeireira acaba por ser concorrente dos produtos não-madeireiros. O IBAMA possui pouca experiência no monitoramento de projetos de desta natureza e a Resex é o maior remanescente contínuo de florestas no Vale do rio Acre. A demanda por produtos madeireiros na região do Vale do rio Acre tende a aumentar uma vez que já existe escassez de madeira nesta região e foi instalada uma indústria de beneficiamento de pisos de grande porte no município de Xapuri.

Em resumo a Reserva enfrenta grandes desafios para melhorar de forma significativa a qualidade de vida de sua população, aliando geração de renda ao mesmo tempo em que mantém a conservação dos recursos e ecossistemas.

Ao se optar pelo desafio da controversa exploração madeireira comunitária preconizada pelos movimentos sociais e organizações do terceiro setor, que estes projetos sejam elaborados não apenas sobre a ótica de técnicos da área florestal, mas também por biólogos, ecólogos, antropólogos e com ênfase na viabilidade social, econômica e da conservação da biodiversidade biológica e dos ecossistemas.

Diante do exposto e acerca dos impactos da exploração madeireira, mesmo se manejada, e considerando o conceito e objetivo de criação de uma Reserva Extrativista, conclui-se não ser essa a atividade mais adequada a Resex. Todavia, sendo esta atividade um desejo das comunidades extrativista motivadas pelo atrativo econômico da renda advinda com a comercialização da madeira frente à lentidão do extrativismo não-madeiro, enquanto fonte de renda consolidada, devem ser superados os gargalos na gestão, implantação e consolidação desses projetos sob pena dos produtores tornarem-se meros fornecedores de madeiras em toras para terceiros.

É necessário ressaltar que para os moradores da Resex a renda deve vir aliada à conservação da Floresta. O futuro aponta para uma maior diversidade de cadeias produtivas de produtos florestais não-madeireiros incluídos ainda remuneração de serviços ambientais, repartição de benefícios pelos conhecimentos tradicionais associado ao patrimônio genético, bioprospecção, bitemologia dentre outros.

6 PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA UNIDADE

Este item apresenta os programas e subprogramas nos quais estão organizadas as ações e propostas a serem implantadas na Resex Chico Mendes, com o objetivo de promover o manejo sustentável dos recursos naturais, valorizar a cultura e melhorar a qualidade de vida das comunidades que residem na Unidade. Estes programas e subprogramas foram obtidos na Oficina de Diagnóstico Participativo, realizada em dezembro de 2005, junto às lideranças comunitárias da Resex Chico Mendes, no município de Xapurí – AC. Tais resultados foram apresentados e rediscutidos junto ao Conselho Deliberativo da Unidade em sua reunião extraordinária ocorrida em Janeiro de 2006, na cidade de Rio Branco – AC.

6.1 Programa Qualidade de vida e Cidadania

Este programa envolve estratégias para apoiar e promover o acesso dos moradores a serviços essenciais de responsabilidade do setor público como saúde, educação e saneamento.

6.1.1 Subprograma saúde

A Resex conta com infra-estrutura precária na área da saúde. Há poucos agentes de saúde, e estes estão, em sua maioria, mais focados na prevenção de doenças. Para melhorar os serviços na área de saúde sugere-se:

- A melhoria de infra-estrutura e dos serviços de atendimento nas Unidades de Saúde já existentes;
- A construção de mais Unidades de Saúde. Para tal, foi destacada a importância de um trabalho conjunto entre os governos municipal, estadual e federal em relação à integração e execução das políticas públicas de saúde na Resex;
- Que as Unidades de saúde ofereçam serviços de atendimento emergencial, contando com profissionais de saúde capacitados, equipamentos adequados e estoque de medicamentos realização dos atendimentos;
- Que as Unidades de Saúde possuam sistema de comunicação com outras Unidades ou Hospitais regionais, visando promover eventuais deslocamentos para oferecer um atendimento adequado ao doente;
- Que as Unidades de Saúde possuam meios de transporte para remoção e transferências de doentes;
- Que as Unidades de Saúde possam oferecer atendimento dentário, incluindo serviços básicos como a extração de dentes e serviços especializados como a colocação de próteses dentárias;
- Que seja garantido o acesso de Unidades Móveis de Saúde em locais que se faça necessário;
- Melhoria no processo seletivo de novos Agentes de Saúde e capacitação regular destes. Houve ênfase para a importância da capacitação no que se refere ao o trabalho de conscientização dos moradores da Resex em relação às noções básicas de saúde e higiene;

- Que as atividades realizadas pelos Agentes de Saúde sejam supervisionadas e avaliadas por profissionais competentes para tal;
- Que haja visitas médicas periódicas nas comunidades, com frequência trimestral, e previamente agendadas;
- A valorização da “medicina natural” baseada nos conhecimentos dos moradores locais sobre o uso de substâncias naturais no tratamento de doenças; incentivo para a realização de pesquisas relacionadas à verificação da eficácia destes produtos naturais nos respectivos tratamentos;
- Que sejam realizadas palestras em linguagem simplificada, visando uma melhor compreensão por parte dos moradores da Resex sobre cuidados relacionados à saúde e a prevenção de doenças;
- Que as campanhas de vacinação possuam um calendário previamente divulgado atingindo assim uma maior parcela da população.

6.1.2 Subprograma educação

Para melhoria do sistema educacional na Resex recomenda-se:

- A melhoria da infra-estrutura e condições de funcionamento das escolas existentes, no sentido de oferecerem merenda escolar, material didático e atividades de lazer;
- A construção de novas escolas, inclusive escolas de ensino médio, que são inexistentes na Resex; foi destacada a importância de haver ao menos uma escola por seringal levando-se em conta a grande distância entre elas;
- A melhoria de infra-estrutura e implantação de sistema de saneamento básico nas escolas existentes na Resex;
- A capacitação de professores e inserção de conteúdo relacionado ao tema ambiental e a preservação da biodiversidade nas atividades educacionais, levando-se em conta a própria realidade da Resex;
- Maior apoio, por parte das prefeituras municipais, ao sistema de transporte escolar; incentivo para a utilização dos meios de transporte mais adequados a cada localidade incluindo a utilização de bicicletas, barcos ou animais;
- Que haja a participação de representantes das Secretarias Municipal e Estadual de Educação em reuniões do Conselho Deliberativo.

6.1.3 Subprograma saneamento

Para viabilizar a implementação de saneamento, foi sugerido que este subprograma seja implementado em parceria com Associações de Moradores, em toda a Resex, contemplando os seguintes itens:

- Continuidade do Programa de Saneamento Rural da FUNASA através do projeto especial de Saneamento Ambiental para Reservas Extrativistas;
- Realização de obras de implantação de saneamento em toda área da Resex através da construção de fossas sépticas;
- Que os projetos de implantação de saneamento sejam desenvolvidos em parceria com as Associações de Moradores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Prefeituras Municipais;
- Que haja atividades de informação e conscientização a respeito dos sistemas de abastecimento de água na Resex, no sentido de esclarecer quais são as responsabilidades dos moradores e quais são as atribuições da FUNASA;
- Implantar sistemas de abastecimento de água e de fossas sépticas em lugares prioritários, como as escolas, as Unidades de Saúde, as sedes das Associações de Moradores e as Igrejas;
- Capacitar as pequenas Associações de Moradores em relação ao saneamento, para que haja redução da incidência de determinadas doenças na Resex;
- Capacitar os Agentes de Saúde, sob a supervisão da Secretaria de Saúde, para que trabalhem na transmissão de informação e na conscientização da importância do saneamento na área da Resex;
- Inserir conteúdos sobre as questões do saneamento e da higiene nas atividades educacionais visando atingir os alunos e seus pais;
- Realizar trabalhos em parceria com os órgãos responsáveis pelos Programas de saneamento. Antes do início das parcerias, devem-se definir os papéis de cada parceiro nos programas e as metas a serem atingidas.

6.1.4 Subprograma comunicação

Para melhorar a comunicação entre os moradores e o CNPT/IBAMA na Resex Chico Mendes foram consideradas prioritárias as seguintes estratégias:

- Maior empenho dos órgãos competentes no apoio à divulgação interna e externa das ações desenvolvidas na Resex;
- Equipar as Associações de Moradores e Sindicatos com sistema de transmissão de rádio para divulgação de informações dentro da Resex e para melhorar a comunicação entre as respectivas organizações e o IBAMA/CNPT;
- Promover com mais frequência a troca de informações entre os representantes do CNPT/IBAMA e as Associações de Moradores através de telefone, fax e e-mail;
- Incentivo para a criação de um programa de rádio educativo e informativo voltado para os interesses da Resex;
- Adequar o Programa “Ondas Verdes” do IBAMA na rádio difusora Acreana para que esta tenha horário e programação voltados para a Resex;
- Incentivar a instalação de telefone público, fixo ou celular nas comunidades da Resex.

6.2 Programa de manejo dos recursos naturais e cadeias produtivas

Este Programa tem o objetivo viabilizar o uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida e renda das comunidades tradicionais residentes na Resex.

A extração do látex e da castanha é a principal atividade produtiva na Resex Chico Mendes. Nesse sentido, a preservação da biodiversidade na Resex está ligada ao incentivo para a produção e ao apoio às atividades de Manejo Sustentável destes Recursos. As outras alternativas de renda dos moradores são a agricultura em pequena escala e criação de animais domésticos.

6.2.1 Subprograma seringueira

A melhoria do processo de extração do látex está associada ao acesso a assistência técnica, novas tecnologias e aquisição de equipamentos. Para apoiar este processo recomendam-se as seguintes ações:

- Elaborar projetos produtivos objetivando a melhoria do processo de produção e comercialização do látex;
- Realizar um levantamento dos seringais visando verificar quais são os produtivos e quais não são, apontando, neste caso, as causas da não produtividade;
- Elaborar um Plano de Manejo da borracha;
- Reabrir as estradas de seringa desativadas e abrir novas estradas;
- Manter ramais e varadouros em boas condições para escoamento do produto;
- Criar de um sistema de financiamento para a compra de utensílios e equipamentos de trabalho para coleta de látex e produção da borracha, como por exemplo, sacos, baldes, facas de seringa e outros que se façam necessários;
- Fiscalizar os tipos de práticas que estão sendo utilizadas para extração do látex;
- Criar política de armazenamento do látex dentro da Resex para que seja possível aumentar a produção para suprir as necessidades de empreendimentos comerciais como, por exemplo, a fábrica de preservativos, em processo de instalação no estado do Acre;
- Construir locais adequados de armazenagem nos núcleos de base ou pontos estratégicos discutidos com a comunidade na Resex e em cidades próximas, para melhorar a qualidade do produto;
- Requisitar apoio das prefeituras para aquisição de animais para o transporte do produto até os ramais, barcos para as pessoas que fazem a extração e residem nas margens de rios e caminhão para quem reside próximo de estradas;
- Realizar um estudo de mercado visando o aumento da produção, melhoria da qualidade, comercialização e busca de novos mercados;
- Capacitar periodicamente os seringueiros em novas tecnologias para melhorar a qualidade do produto;
- Implantar infra-estrutura necessária para oferecer cursos de capacitação dentro da Resex;
- Garantir os subsídios para a produção da borracha junto aos órgãos governamentais; requisitar apoio do poder público através da SEATER para escoamento da produção;

- Promover a regularização da documentação dos seringueiros para que tenham acesso aos subsídios legais;
- Promover parceria com SEBRAE para que haja uma ampla divulgação dos produtos que podem ser produzidos utilizando o látex como matéria prima;
- Realizar atividades de conscientização da população a respeito da importância da extração de látex para a sustentabilidade da Resex;
- Elaborar política de estabelecimento de preços de mercado do látex regulados com índices oficiais com base em estudos econômicos;
- Divulgar pesquisas referentes ao cultivo, extração e preparação do látex.

6.2.2 Subprograma castanha do Brasil

A extração da castanha do Brasil, ainda hoje, pode ser considerada como uma das principais fontes de renda do extrativista, sendo propostas as seguintes ações direcionadas a esta atividade:

- Fazer a limpeza de ramais e varadouros visando facilitar o escoamento da produção;
- Conservar em bom estado as áreas de castanhais visando facilitar a coleta da produção;
- Fortalecer políticas públicas de desenvolvimento da atividade trabalhando em parceria com as Associações de Moradores e Cooperativas;
- Criar Projetos e Programas de incentivo a sistemas de produção de mudas de castanheiras nas localidades de produção de castanha;
- Implantar e dar continuidade a projetos de certificação da castanha, visando atingir novos mercados e agregar maior valor ao produto;
- Apoiar a inserção de novas tecnologias capacitando os extrativistas para a utilização destas, para assegurar a produção em condições de certificar-la;
- Mapear, credenciar e fiscalizar os produtores de castanha visando garantir a qualidade do produto extraído;
- Fiscalizar e acompanhar o processo produtivo como um todo, desde a extração até a comercialização;
- Através de estudos técnicos, avaliar a necessidade da construção de armazéns adequados nas colocações e pequenos galpões nas propriedades produtoras;

- Capacitar os extrativistas para utilização adequada de armazéns de estoque;
- Capacitar os extrativistas para lidar adequadamente com os animais de carga, visando melhorar o sistema de escoamento;
- Promover maior divulgação sobre o papel das Associações de Moradores e Cooperativas para os extrativistas;
- Viabilizar o acesso a sementes “melhoradas” (que podem oferecer maior resistência a pragas) visando o aumento futuro da produtividade dos castanhais;
- Apoiar as Associações de Moradores e cooperativas legalmente constituídas da Resex para que pleiteiem junto ao Governo do Estado do Acre o acesso dos extrativistas às fábricas de beneficiamento já existentes;
- Garantir maior transparência no processo de compra e beneficiamento da castanha por parte das fábricas;
- Realizar estudo técnico para verificar se a compra do produto pelas associações de moradores ou cooperativas realmente representa uma maneira apropriada de apoiar os extrativistas.

6.2.3 Subprograma produtos potenciais

Este subprograma visa o incentivo ao estudo de produtos potenciais da Resex como novas alternativas de renda às comunidades tradicionais. Dentre os produtos que não são produzidos, mas que apresentam potencial para tal, temos: sementes para artesanato, óleo de copaíba, incenso, ervas medicinais, mel de abelha, andiroba, cipó e palha de murumuru. Para que a extração destes produtos seja possível devem ser adotadas as seguintes estratégias:

- Incentivar pesquisas e cursos de capacitação para identificação e aproveitamento dos recursos potenciais da Resex;
- Implantar infra-estrutura adequada e adquirir materiais para a extração, armazenamento e beneficiamento dos produtos potenciais da Resex (galpões, câmaras frias, vasilhames, entre outros);
- Criar novas cooperativas ou capacitar as existentes para que sejam capazes de oferecer qualidade e promover certificação visando buscar novos mercados para garantir a inserção destes produtos com boa valoração.

6.2.4 Subprograma de segurança alimentar

Este subprograma visa identificar os usos alternativos do solo (não extrativista) como agricultura e criação de animais, propondo ações e estratégias para o melhor aproveitamento das áreas destinadas a estas atividades, de forma a minimizar os impactos ambientais e aumentar a oferta de produtos alimentícios as comunidades extrativistas residentes na Unidade.

Produção agrícola

Este item vem representando uma alternativa de produção na Resex. No entanto, no Plano de Utilização esta atividade está restrita a ocupar até 10% da área de uma colocação. Neste sentido, as recomendações para o subprograma agrícola estão ligadas a melhoras no sistema produtivo para subsistência e para pequenas comercializações de caráter complementar em relação à renda dos moradores da Unidade. O mapeamento das cadeias produtivas existentes dentro da Resex apontou que os produtos agrícolas cultivados na Resex são o arroz, feijão, milho, mandioca, café, cupuaçu, pupunha (palmito), açaí, coco de Jarina, pimenta do reino, bacaba, patauá, araçá-boi, hortaliças, abóbora e frutas (abacaxi, laranja, mamão, melancia, banana). A melhora do processo produtivo agrícola está associada com a necessidade de:

- Introduzir sistemas de manejo agrícola sustentável;
- Realizar cursos e treinamentos de agricultura familiar;
- Realizar cursos e treinamentos na utilização de técnicas de introdução de leguminosas nas áreas degradadas, que estarão definidas de acordo com o Zoneamento da Unidade;
- Apoio para a aquisição de máquinas para o plantio e colheita (plantadeiras e trilhadeiras), equipamentos e infra-estrutura para processamento dos produtos (debulhadores de milho, feijão e arroz, motor para ralar a mandioca, construção de casas de farinha, entre outros);
- Criação de Programa de agricultura orgânica e utilização dos produtos agrícolas da Resex na merenda escolar;
- Acesso a sementes selecionadas e resgate de sementes “caboclas”, para que haja uma área de produção menor, com melhor qualidade, evitando a ampliação de áreas para agricultura;

- Construir armazéns comunitários para estocagem da produção;
- Limpeza dos ramais e varadouros de áreas de restinga e de áreas de tabocal, a serem realizadas preferencialmente no início e/ou final do período popularmente chamado de inverno, que corresponde aos meses de outubro e abril, visando facilitar o escoamento da produção.

Criação de animais domésticos

Para a criação de animais de pequeno porte recomendam-se as seguintes ações:

- Definir quais os animais que podem ser criados dentro da Resex;
- Apoio para a aquisição de equipamentos para preparo de ração;
- Apoio para a construção de viveiros para criação de animais;
- Investir na melhoria genética e/ou novas alternativas nutricionais para aumento da produtividade das criações.

6.2.5 Subprograma produtos madeireiros

Na Resex Chico Mendes os principais usos da madeira são para a construção de casas, móveis, pontes, barcos, cercas, currais, entre outros. Para solucionar os problemas ligados aos usos irregulares de madeira, são indicados os seguintes procedimentos:

- Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário - PMFSComunitário regionalizados de acordo com as características da Resex visando o aproveitamento mais eficiente e sustentável dos recursos naturais;
- Iniciar este processo de manejo em áreas de mais fácil acesso e com metodologias de fácil assimilação pelos comunitários;
- Capacitar prioritariamente os jovens que residem dentro da Resex para atuarem no Plano de Manejo;
- Fiscalizar o processo de manejo;
- Gerar condições para que a madeira seja beneficiada na própria Unidade visando o aumento do valor agregado do produto final;
- Realizar atividades de informação sobre os direitos e deveres dos seringueiros em relação à extração e uso da madeira na Resex;

- Estruturar um plano de aproveitamento de árvores caídas, na floresta e áreas de roçado, ou que estão em pé, mas mortas de acordo com laudo técnico do próprio IBAMA;
- Definir e acordar entre as Associações de Moradores e o CNPT/IBAMA, por meio de Termo de Responsabilidade, as áreas passíveis de desmate, por colocação.

6.2.6 Subprograma turismo

Em relação ao desenvolvimento do turismo dentro da Resex ainda não há conhecimento da maioria dos moradores da Resex sobre o potencial desta atividade. Podem ser considerados como atrativos turísticos da Unidade as atividades que valorizam as tradições dos extrativistas, como a história de vida, os processos de extração da seringa, coleta e a quebra de castanhas, o conhecimento sobre a flora e fauna, formas de pescaria, coleta do açaí, extração de copaíba e do vinho de Jatobá. Foram citados ainda locais específicos com potencial para o turismo, como os barreiros — áreas de alimentação de animais.

Diante deste quadro, recomendam-se as seguintes ações:

- Realizar palestras de informação sobre o que é o turismo;
- Desenvolver atividades de conscientização dos impactos e dos benefícios passíveis de serem gerados pelo turismo;
- Desenvolver atividades de conscientização dos moradores sobre as potencialidades turísticas da Resex;
- Realizar estudos para o levantamento dos atrativos e do potencial turístico da Resex visando o desenvolvimento de projetos de turismo;
- Estimular a venda, fora da Resex, de produtos que podem ser destinados aos turistas, como por exemplo, o artesanato de cipó e de sementes;
- Capacitar guias turísticos da comunidade;
- Capacitação para implantação de sistemas de Hospedagem familiar do turista dentro da Resex e/ou incentivo para a construção de pousadas pelos próprios moradores e;
- Instituir a cobrança de uma taxa de visitação turística.

6.2.7 Subprograma pesquisa

Este subprograma tem como objetivo a realização de pesquisas e ações que viabilizem a conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Resex, garantindo assim a manutenção do modo de vida tradicional dos extrativistas, além de incentivar o treinamento e aperfeiçoamento profissional de técnicos, cientistas e comunidade, aumentando o apoio interinstitucional à Unidade. A respeito das pesquisas a serem desenvolvidas na Resex foi recomendado que:

- As atividades de pesquisa sejam realizadas dentro da Resex somente após a aprovação do Conselho deliberativo;
- Haja fiscalização por parte dos órgãos competentes em relação a ocorrência de pesquisas não autorizadas que podem resultar em biopirataria do patrimônio genético de espécies de fauna e flora incidentes na Resex;
- Que seja viabilizado, quando for pertinente, o acompanhamento por parte dos moradores da Resex nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos;
- Que haja participação dos moradores nas pesquisas visando agregar informações referentes a sua cultura e os conhecimentos tradicionais;
- Que haja retorno para os moradores dos resultados das pesquisas desenvolvidas na Resex;
- Que o retorno dos resultados das pesquisas utilize uma linguagem menos técnica e de mais fácil assimilação por parte dos moradores e;
- Que sejam realizadas pesquisas para elaboração de novas tecnologias capazes de propiciar melhoria na renda, qualidade de vida das comunidades e sustentabilidade ambiental.

6.3 Programa recuperação de áreas degradadas

Este programa visa identificar as áreas degradadas e as ações que causam impacto significativo aos ecossistemas da Unidade, indicando as medidas mitigadoras necessárias.

6.3.1 Subprograma recuperação de áreas degradadas

A partir de mapeamento dos tipos de ações antrópicas na Resex, foram elaboradas estratégias para recuperação de áreas degradadas, apontando os parceiros mais importantes para estas atividades.

Desmatamento

As causas do desmatamento estão diretamente ligadas ao crescimento da pecuária bovina na área da Resex, além das queimadas e o mau planejamento da produção agrícola de alguns moradores. As estratégias de recuperação sugeridas são:

- O estabelecimento de parcerias para o reflorestamento de áreas desmatadas;
- Seleção de mudas que podem ser utilizadas nos projetos de reflorestamento;
- Conscientização dos jovens da Resex sobre a importância do não desmatamento para a sustentabilidade da Unidade;
- Exigir o cumprimento das normas ambientais pelas Associações de Moradores e comunidades;
- Fiscalização das ações antrópicas na área da Resex visando a diminuição do número de queimadas e do manejo inadequado de pastagens;
- Realização de atividades de conscientização dos moradores para que deixem a área desmatada intocada, sem que haja o plantio de capim, por um período de aproximadamente dois anos, para posterior implantação de projetos de agricultura familiar e;
- Estabelecimento de um processo de fiscalização eficiente que, quando necessário, aplique multas.

Os principais responsáveis e possíveis parceiros apontados para trabalhar estas estratégias de recuperação foram os moradores da própria comunidade com apoio do CNPT/IBAMA e as instituições ligadas a atividades desenvolvidas na Resex: Associações de Moradores existentes em cada comunidade articuladas com os órgãos governamentais, Embrapa, Secretaria Estadual de Florestas (SEF), Universidade Federal do Acre (UFAC), Secretaria de Produção Familiar Extrativista (SEPROF), Secretaria de Assistência Técnica de Extensão Rural (SEATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Conselho nacional dos Seringueiros (CNS).

Desmatamento nas margens de nascentes ou igarapés

Uma das causas dessa atividade predatória é o desconhecimento dos prejuízos gerados ao meio ambiente e às próprias comunidades, os quais devem ser mitigados por meio das seguintes ações:

- Conscientizar a comunidade sobre a gravidade e conseqüências advindas dessa prática;
- Fiscalizar e punir os responsáveis pelo desmatamento nas margens de nascentes ou igarapés e;
- Reflorestar as margens de nascentes e igarapés.

Os principais responsáveis pela recuperação das margens de nascentes ou igarapés apontados são os próprios moradores.

6.3.2 Subprograma impactos ambientais

Foram identificadas as principais atividades degradadoras do meio ambiente dentro da Resex, sugerindo as ações necessárias para minimizar estes impactos, indicando os responsáveis e/ou parceiros para a execução das atividades.

Extração ilegal e venda de madeira – Uma conseqüência da baixa renda familiar e falta de opções para produção extrativista sustentável é o depauperamento da floresta. Como soluções deste problema são indicadas as seguintes ações e estratégias:

- Elaborar e executar Planos de Manejo Florestal Sustentável madeireiro e não madeireiro;
- Que a execução dos referidos Planos seja realizada em parceria com as Associações de Moradores e;
- Que haja fiscalização da saída de madeira da Resex;

Os responsáveis pela recuperação apontados foram os extrativistas, as Associações de Moradores, CNPT/IBAMA, SEPROF, SEF, UFAC, SEATER, STR e CNS.

Diminuição do estoque de peixe

A causa principal é a pesca predatória, sendo recomendadas as seguintes estratégias:

- Criar Planos de Manejo para piscicultura;

- Fiscalizar a entrada de pessoas não residentes na Resex visando evitar a pesca predatória por parte destas;
- Evitar a pesca na época de reprodução;
- Realizar estudos técnicos para verificar a real necessidade de criação de açudes e, quando for o caso, determinar as características que estes devem possuir;
- Desenvolver estudos sobre a viabilidade de investimentos em piscicultura;
- Incentivar o aproveitamento de lagos naturais para a piscicultura;

A responsabilidade principal, segundo as comunidades, são dos Governos Estadual e Federal, que devem apoiar a realização de estudos técnicos de viabilidade de implantação de açudes e de proibição de pesca na época de reprodução.

Caça

Uma das principais fontes de alimentação das comunidades da Resex, atualmente praticada de maneira desordenada, tem como conseqüência a diminuição dos estoques existentes, comprometendo a sua utilização pelas gerações futuras. Para solucionar este problema propõe-se:

- Aplicar o Plano de Utilização que, entre outras coisas, proíbe a caça com a utilização de cachorro;
- Que haja punição por parte do IBAMA para as pessoas que caçam com cachorros na Resex;
- Fiscalizar quem são os receptadores da caça e puni-los;
- Fiscalizar para que não haja entrada de estranhos na Resex;
- Desenvolver estudos de viabilidade do manejo de caça;
- Criar parcerias com a FUNAI e com as comunidades do entorno para evitar a caça dentro da Resex;
- Conscientizar os próprios moradores quanto a proibição desta atividade.

Estas estratégias são consideradas de responsabilidade do próprio seringueiro, das Associações de Moradores e dos órgãos Embrapa, Secretaria Estadual de Florestas (SEF), Universidade Federal do Acre (UFAC), Secretaria de Produção Familiar Extrativista (SEPROF), Secretaria de Assistência Técnica de Extensão Rural (SEATER), Sindicato dos

Trabalhadores Rurais (STR), o Conselho nacional dos Seringueiros (CNS) e Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC).

Falta de água potável

A causa está relacionada à supressão das matas ciliares visando à agricultura e pecuária, que representam as principais alternativas econômicas para os moradores da Resex em consequência da desvalorização da borracha. Recomendam-se as seguintes estratégias:

- Promover atividades de conscientização da importância das matas ciliares para a manutenção das nascentes e para a conservação dos rios e igarapés;
- Proteger e recuperar as matas ciliares;
- Elaborar cartilhas com linguagem simplificada sobre a importância local e global das matas ciliares.
- Promover palestras nas escolas sobre a importância das matas ciliares e o significado do desmatamento destas áreas na mudança do microclima e nas condições ecológicas nas proximidades dos cursos d'água;
- Valorizar o extrativismo vegetal.

A responsabilidade caberá aos próprios seringueiros, às Associações de Moradores e, em outro plano, aos órgãos governamentais que, segundo a comunidade, devem ter políticas voltadas para o extrativismo e para a conscientização ambiental do extrativista.

Lixo domiciliar

O principal problema está relacionado ao descarte de lixo a céu aberto. Recomenda-se como medida:

- Educar e conscientizar a população local em relação aos destinos dados ao próprio lixo;
- Orientar as comunidades para reduzir a utilização de descartáveis;
- Incentivar programas de reciclagem dentro da Resex.
- Promover a coleta de lixo nas vias de acesso.

Cada morador deve ser responsável pelo controle de seu lixo e contar com o apoio das Associações de Moradores e do CNPT/IBAMA para destinação apropriada do lixo.

6.4 Programa de monitoramento e proteção ambiental

6.4.1 Subprograma proteção ambiental (fiscalização)

Este subprograma visa identificar os pontos frágeis que necessitam de fiscalização dentro da Resex e incentivar as comunidades a participarem da fiscalização. Para a efetividade deste programa, as seguintes estratégias devem ser adotadas:

- Realizar reuniões nas colocações, contando com a presença de representantes das Associações de Moradores, com fins de promover esclarecimentos básicos aos comunitários sobre as normas e regras de uso e conservação dos recursos naturais da Resex;
- Distribuir cópias e/ou realizar palestras sobre o Plano de Utilização da Resex, ou outro documento que venha a substituí-lo, aos líderes das Associações de Moradores, para que estas o divulguem para toda comunidade através de um linguajar mais acessível;
- Produzir uma cartilha inspirada nos documentos de definição das normas de utilização da Resex contendo informações sobre os crimes ambientais mais incidentes na Resex (desmatamento, extração ilegal de madeira, incêndios, etc.);
- Implantar projetos levando-se em consideração experiências como a do Pró-Ambiente (acordo comunitário para o desenvolvimento da sustentabilidade) de uso e conservação dos recursos naturais na Resex;
- Condicionar a participação do morador como membro de Associação de Moradores ou Cooperativa ao cumprimento das normas previstas no Plano de Utilização, ou documento que venha a substituí-lo;
- Escolher, para cada comunidade, diversos representantes para atuar no repasse de informações sobre o cumprimento do Plano de Utilização, ou documento que venha a substituí-lo;
- Realizar uma série de atividades de informação e conscientização a respeito das normas da Resex para posteriormente agir através da fiscalização e da aplicação de punições cabíveis;
- Fiscalizar e punir os crimes ambientais praticados na Resex;
- Criar punições associadas ao tipo de delito no intuito de fazer com que o culpado seja responsável pela recuperação das áreas por ele degradadas;

- Capacitar os agentes fiscalizadores do IBAMA para que possam abordar e dialogar com os moradores da Resex, sendo capazes de informar e ensinar boas práticas para a sustentabilidade da Resex;
- Estabelecer postos de fiscalização do IBAMA com técnicos e agentes disponíveis em todas as sedes dos municípios que estão dentro ou no entorno da Resex, com sistema de comunicação adequado, com o objetivo de monitorar as atividades nas estradas de acesso à Resex, na área de entorno e dentro da própria Unidade;
- Fiscalizar as divisas com áreas madeireiras e indígenas.

6.5 Programa de gestão e administração

Este programa está relacionado ao estabelecimento da estrutura de gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes. A gestão deve ser compartilhada entre o IBAMA, moradores (organizados em associações) e demais entidades relacionadas à execução das ações (poder público e organizações da sociedade civil), estruturadas na forma de Conselho Deliberativo.

6.5.1 Subprograma fortalecimento do Conselho Deliberativo

As recomendações para o funcionamento do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, segundo a visão das comunidades e dos próprios Conselheiros são:

- Capacitar os conselheiros para o exercício de suas atividades dentro do Conselho Deliberativo e conscientizá-lo que seu papel é representar a sua comunidade e seus pontos de vista;
- Capacitar os conselheiros para promoverem o diálogo com as comunidades, inclusive com os jovens, mulheres e lideranças comunitárias para que tragam suas demandas para as reuniões do Conselho;
- Como previsto no Regimento Interno, realizar planejamento de longo prazo e divulgar cronogramas e pautas de reuniões referentes ao período de um ano, as quais devem ter seu calendário cumprido conforme o previsto;
- Realizar reuniões do Conselho Deliberativo dentro da área da Resex Chico Mendes, em áreas de fácil acesso e em forma de rodízio, com o intuito de envolver as diferentes

regiões da Resex no processo de gestão e permitir aos conselheiros que conheçam as diferentes realidades da Unidade;

- Maior divulgação juntos aos comunitários do Regimento Interno do Conselho Deliberativo;
- Informar às comunidades as funções do Conselho Deliberativo e divulgar as atividades realizadas pelo Conselho Deliberativo promovendo o retorno à comunidade das deliberações efetivadas nas suas reuniões;
- Divulgar as atas, de forma simplificada para todos os representantes das Associações de Moradores e órgãos que compõem o Conselho de todas as suas reuniões;
- Comunicar previamente as Associações de Moradores sobre as reuniões do Conselho Deliberativo, com a pauta de reunião;
- Realizar reunião anual nos núcleos de base com os representantes legais da Resex no intuito de criar espaços de diálogo entre os setores comunitários e governamentais;
- Realizar assembléia a cada biênio para discussão de questões centrais da Resex. A proposta é que estas reuniões sejam realizadas em pontos centrais da Resex para facilitar a logística de deslocamento dos comunitários e Conselheiros.
- Reivindicar atuação efetiva do Conselho Deliberativo, de maneira que conheça de fato as demandas das comunidades;
- Como está previsto no Regimento Interno, definir, por parte do Conselho Deliberativo, políticas de integração para toda Resex;
- Criar novos meios para divulgação das deliberações tomadas no Conselho;
- Aceitar e respeitar as decisões tomadas em plenária pelos membros do Conselho, que é soberano, como está previsto no Regimento Interno;
- Fazer cumprir integralmente o Regimento Interno.

6.5.2 Subprograma Associativismo e Cooperativismo

O associativismo existente na Resex Chico Mendes é atuante e de alta importância para os seus moradores. As Associações de Moradores são consideradas um instrumento de interlocução entre o órgão gestor e os seus moradores, sendo capazes de reivindicar não somente os seus direitos, mas sendo também um elo de diálogo para uma melhor gestão da

Resex. Tendo em vista os objetivos das associações, são consideradas fundamentais as seguintes ações:

- Implementar Plano de Manejo na unidade, atendendo a Lei nº 9.985/2000 – SNUC, possibilitando assim a execução de projetos produtivos que venham a aumentar a renda e a qualidade de vida das comunidades;
- Mapear as demandas dos comunitários através das Associações de Moradores da Resex visando contribuir para a formulação de estratégias de fortalecimento destas;
- Elaborar planejamentos estratégicos, implementando as ações planejadas e os objetivos traçados no tempo previsto, para que as Associações de Moradores não fiquem desacreditadas junto às comunidades;
- Construir e/ou reformar sedes e disponibilizar estrutura adequada que permita às Associações de Moradores desenvolverem melhor as suas atribuições perante as comunidades que representam;
- Capacitar os membros das Associações de Moradores em relação às características do associativismo.

6.5.3 Subprograma administração (infra-estrutura)

Para a melhoria de gestão e monitoramento da Reserva e área de entorno, indicam-se as seguintes providencias:

- Implantar escritório do CNPT dentro da própria unidade de conservação, contando com o apoio de profissionais técnicos para atender as reivindicações e necessidades das comunidades;
- Instalar unidades regionais do CNPT nas sedes dos municípios da Resex;
- Instalar e realizar a manutenção de placas de sinalização em pontos estratégicos na área da Resex;
- Promover atividades de informação destinadas aos próprios moradores e a população residente na área de entorno da Unidade a respeito da demarcação dos limites da Resex.

7 CONCLUSÕES

Este Plano de Manejo foi elaborado como o objetivo principal de determinar as diretrizes e normas a serem seguidas pelas comunidades tradicionais residentes na Resex Chico Mendes, visando o uso sustentável dos recursos naturais existentes na área, a melhoria da qualidade de vida e a preservação da cultura local. A sua aplicação, necessariamente, deve se estender às entidades representativas destas comunidades (associações, cooperativas, sindicatos), instituições que compõe o Conselho Deliberativo da Unidade e demais organizações ou pessoas que venham a desenvolver atividades dentro da Unidade e área de entorno, de maneira a atender os preceitos legais contidos na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC e no Decreto nº 4.440, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta os artigos da referida lei.

Este documento tem ainda, como propósito, subsidiar a elaboração de outros Planos de Manejo nas Reservas Extrativistas Federais, bem como, contribuir para a melhor gestão deste espaço territorial representativo dos ecossistemas do Vale do Acre.

Considerando a dinâmica de ocupação territorial da Resex Chico Mendes e área de entorno, o surgimento de novas tecnologias de monitoramento, manejo e gestão ambiental, e ainda, a necessidade de definição de novos Programas de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica da Unidade, recomenda-se que este Plano de Manejo, ou parte do mesmo, seja revisto no prazo de 03 (três) anos, por meio de decisões do Conselho Deliberativo, a partir das demandas das comunidades em reuniões públicas, ou então, sempre que condições ambientais adversas ou pressões antrópicas venham a alterar significativamente a qualidade de vida das populações tradicionais e/ou os ecossistemas abrangidos pela Reserva.

8 REFERÊNCIAS

ABDALLA JUNIOR, Lindolfo. **Relatório de Atividades** – Projeto RESEX II – BRA 99/020. IBAMA. Outubro e Novembro, 2005.

ACRE. 2000. Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente – documento final. **Governo do Estado do Acre**. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SECTMA.

ALECHANDRE, Andréa Silva, *et al.* **Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista Chico Mendes**, versão preliminar. Julho, 1999.

BRASIL, **Dec. nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002.

BRASIL, **Lei 9985** de 18 de julho de 2000.

CNS. Conselho nacional de seringueiros. **Relatório sócio econômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio Branco, Acre 1992, in: <http://www.chicomendes.org.br/seringueiros13.php>, acesso em 12 de Dezembro de 2005

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira & CASTELA, Reginaldo Fernando F. de. **Histórico do Projeto Seringueiro**. Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) in <http://www.chicomendes.org.br>. Consulta: Dezembro, 2005.

DUARTE, E.G. 1987. **Conflitos pela Terra do Acre: a Resistência dos Seringueiros de Xapuri**. Rio Branco: Casa da Amazônia.

IBAMA, **Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Cazumbá Iracema**–Versão Preliminar, 2004.

IBAMA/CNPT. Manual de Monitoramento das Reservas Extrativistas. Brasília, DF., 2000. 118p. In: D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Questões demográficas na definição, monitoramento e planejamento de Reservas Extrativistas da Amazônia Legal Brasileira. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, (23/10/2000 a 27/10/2000), Caxambu, MG, BRASIL. **G.T.- População e Meio Ambiente** - Sessão Temática 3 : A questão demográfica nas análises de impacto ambiental e nos instrumentos de planejamento e política ambiental : o regional versus o local. Outubro, 2000.

IBAMA/CNPT. **Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista Chico Mendes**. versão preliminar. Julho, 1999.

IBAMA/CNPT. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Brasília, 1992.

IBAMA/CNPT. **Termo de referência para contratação de serviços de consultoria para elaboração de laudo socioeconômico objetivando a criação de reserva extrativista**. Versão Preliminar. Dezembro, 2005.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/>. Acesso em 12 de dezembro de 2005

IMAC. 1997. **Plano Estadual Ambiental**. Rio Branco.

KLEIN, Paulo. **Viver na Floresta com Saúde**. In <http://www.chicomendes.org.br>,
,Consulta: Dezembro, 2005.

MAIA, Edna Maria Guimarães. **Relatório**: Proposta de estratégia de comunicação para divulgação das atividades do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes. CNPT/ACRE. Janeiro, 2006.

MARTINELLO, P. A. 1988. **“Batalha da borracha”** na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. Cadernos da UFAC (série “C”). Rio Branco.

MELO, Gustavo Mendes de. **Relatório Final**: sistematizando todos os resultados obtidos junto às lideranças comunitárias e ao Conselho deliberativo, contendo as estratégias e propostas para os Programas e Subprogramas a serem incorporados ao Plano de manejo de Uso Múltiplo da Resex Chico Mendes. IBAMA, CNPT. Brasília, DF. 2006a.

MELO, Gustavo Mendes de. **Relatório dos Resultados**: Oficina participativa realizada com representantes das comunidades extrativistas da Reserva Extrativista Chico Mendes visando a revisão do Plano de Utilização da Unidade. IBAMA, CNPT. Brasília, DF, 2006b.

OLIVEIRA, S.M. **Extração de Madeira no Município de Rio Branco**. Rio Branco. 1997.

OLIVEIRA, Manuela França de & DINO, Karina Jorge. **Relatório**: Relatório de Metas do ano de 2005 - Organização Social e Comunitária e Gerenciamento Ambiental e Planejamento Participativo (Conselhos Deliberativos) – Projeto RESEX II – BRA 99/020. . IBAMA. Dezembro, 2005.

STR de Xapuri. **O Projeto Seringueiro**. In: <http://www.chicomendes.org.br>. Acessado em 12 de Dezembro, 2005.